

Acção Socialista



N.º 1341 23 Dezembro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

“Portugal é hoje uma referência no campo das energias renováveis”

ENTREVISTA A DULCE PÁSSARO, MINISTRA DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Embora “manifestamente insuficientes” os resultados da Cimeira de Copenhaga vão “mais de encontro aos interesses de Portugal do que a ausência de qualquer acordo”, considera a ministra do Ambiente e Ordenamento do Território. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Dulce Pássaro sublinha que o nosso país “é hoje uma referência

em ascensão no campo das energias renováveis”, graças ao “impulso ímpar” e “imparável” dado pelos governos do PS que apostaram num novo paradigma de desenvolvimento sustentável, que acarreta “oportunidades imensas de inovação, de avanços tecnológicos, de emprego e de investimento”.

13

Nesta edição

Suplemento

Jovem Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA

A todos os socialistas votos de
BOAS FESTAS

Debate quinzenal
Governo aberto a negociar orçamento responsável com a oposição

20

Grupo Parlamentar
Desenvolvimento regional em debate nas jornadas de Beja



6-9

Plenário de Militantes
Indisponibilidade para destruir reformas da anterior legislatura



3

Luta contra a discriminação
Governo aprova casamento entre pessoas do mesmo sexo

5

Colaboram nesta edição:
**Ricardo Gonçalves
Luís Pita Ameixa
José Manuel Ribeiro
Miguel Freitas**

Troço Poceirão-Caia arranca

Alta Velocidade é opção fundamental para o futuro do país

É EM momentos como o actual, ou seja, de crise, que se deve avançar com projectos como o da Alta Velocidade (AV), defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, que considerou “uma opção fundamental para o futuro do país”. É que, acrescentou, “os países que apostaram na alta velocidade mudaram com esses projectos”.

“A crise é mais uma razão para o fazermos. É neste momento que o país precisa de investimento, de oportunidades de emprego. Há muita gente à procura de emprego e muitas empresas à espera desta oportunidade”, frisou José Sócrates, no dia 12, na cerimónia de adjudicação da concessão do troço do TGV Poceirão-Caia, integrado na ligação ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa e Madrid.

Segundo referiu o primeiro-ministro, a Alta Velocidade vai permitir criar “milhares” de postos de trabalho, salientando que “este é justamente o momento” para que o projecto avance, porque o país “precisa de investimento”.

De acordo com o calendário definido pelo Governo, a construção do troço iniciar-se em 2010, para uma previsível entrada em funcionamento em 2013.

“É em nome da modernização, da economia e das empresas, do emprego, da modernização tecnológica e de um melhor ambiente e qualidade de vida que lançamos a AV”, disse o primeiro-ministro, lembrando que o projecto envolveu “anos seguidos de estudos” e que, concluída essa fase, é tempo de avançar com o TGV com “segurança e confiança”.

Segundo Sócrates, os críticos da Alta Velocidade em Portugal “deviam pensar que Portugal não pode correr o risco, nem pagar o preço, de ficar ainda mais afastado



da Europa e dos seus principais mercados”.

Reiterando que defende um país que “não quer ficar parado” nem “para trás” e que “não se resigna” à sua situação de “país periférico”, Sócrates afirmou que era altura de decidir, embora a “opção mais fácil” fosse “nada fazer”.

Para o primeiro-ministro, os projectos estruturais, que possibilitem o desenvolvimento económico do país e criem oportunidades para as

empresas e postos de trabalho, são necessários, “mas sobretudo numa altura de “crise”.

Impulso tecnológico e melhor ambiente

As dificuldades económicas devem “levar-nos a fazer investimento e não o contrário”, reafirmou, salientando a AV vai ainda garantir a Portugal “mais qualidade de vida e melhor ambiente”.

1495

milhões de euros é o valor do investimento no primeiro troço do TGV em Portugal, incluindo a manutenção

José Sócrates também sublinhou que a AV implica “um impulso tecnológico” e a “modernização económica” do país.

Na mesma linha, o ministro das

Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, defendeu que “não aproveitar esta oportunidade seria um crime para a economia portuguesa”. E elogiou, tal como José Sócrates, o papel do ex-ministro Mário Lino e da antiga secretária de Estado Ana Paula Vitorino, presentes na cerimónia, na concretização desta infra-estrutura que abre mais portas à internacionalização de empresas nacionais.

Helena André confirma 475 euros de salário mínimo

O SALÁRIO mínimo nacional (SMN) em 2010 será de 475 euros, reafirmou a ministra do Trabalho, Helena André, que contrariou assim, de forma clara e categórica, as pretensões das confederações patronais que defendiam aumento de apenas 10 euros sobre os actuais 450.

No final da reunião da concertação social, que decorreu no passado dia 17 de Dezembro, Helena André disse aos jornalistas que o Governo ouviu os parceiros em duas reuniões e decidiu que a proposta se mantinha nos 475 euros, “no cumprimento integral do acordo tripartido de 2006”, que prevê a progressão do SMN para 500 euros em 2011.

As centrais sindicais saíram satisfeitas com

o cumprimento do acordo, tendo solicitado, porém, uma avaliação urgente sobre a execução das medidas de apoio aos sectores já em vigor, um pedido que obteve a atenção imediata da ministra, ficando agendada, para início de Janeiro, uma reunião em concertação social sobre este assunto.

Helena André reiterou ainda que o Executivo tem “a clara percepção de que há sectores que precisam de apoio” e, por isso, estará aberto a qualquer proposta que surja por parte das confederações patronais, o que – ressaltou – “ainda não aconteceu”.

A titular da pasta do Trabalho adiantou também que a proposta será aprovada em Conselho de Ministros antes do final do ano.



Indisponibilidade para destruir reformas da anterior legislatura

O Governo tem uma “agenda política centrada na resolução dos problemas dos portugueses”, nomeadamente na recuperação económica, na promoção de novas oportunidades de emprego e na realização dos investimentos públicos necessários ao avanço da modernização do país, afirmou o secretário-geral do PS, Jose Sócrates, ao abrir o plenário de militantes da FAUL do passado dia 13, onde defendeu categoricamente que “Portugal não pode desistir do seu futuro nem ter medo dele”.

MARY RODRIGUES

PERANTE o auditório da FIL do Parque das Nações completamente lotado de militantes e simpatizantes, José Sócrates deixou claro que o Executivo socialista está disposto a dialogar com a oposição, mas indisponível para ajustes de contas com o passado e para destruir o que foi feito.

“Estamos disponíveis para negociar, mas não estamos disponíveis para aqueles que, não querendo negociar, a única coisa que procuram é ajustar contas com o passado”, declarou o líder do PS, sublinhando de seguida que

o Governo está pronto para negociar “soluções de futuro” e encontrar “as melhores soluções num clima de diálogo”.

Frequentemente interrompido por salvas de palmas, José Sócrates referiu-se depois ao quadro de governabilidade actual.

“O PS não teve maioria absoluta, mas os portugueses deram-nos um mandato bem claro para governar. Ninguém tem dúvidas sobre a natureza do resultado das eleições em Portugal: os portugueses querem que seja o PS a governar”, venceu.

Neste contexto, o secretário-geral salientou que, com maioria relativa na Assembleia da República, o Partido Socialista deverá procurar “o consenso, o compromisso e a negociação”.

“Foi isso que fiz imediatamente a seguir às eleições. Perguntei a todos os partidos [da oposição] sobre a disponibilidade que tinham para construir soluções de compromisso, de negociação, que permitissem contribuir para a esta-

bilidade política, mas de nenhum desses partidos veio uma resposta positiva”, observou, aludindo de seguida à forma como o Governo e os deputados socialistas aceitaram negociar alterações ao modelo de avaliação dos professores, “a primeira em 30 anos, que foi séria e com consequências”.

“Beneficiando da experiência desta avaliação, podemos melhorá-la, mas não estamos disponíveis para dialogar e conversar sobre uma única questão com aqueles que apenas queriam na Assembleia da República suspender e parar a avaliação”, clarificou, questionando que, “se, em Novembro, a oposição tivesse aprovado as suas leis, parando a avaliação dos professores, como é que se poderia dizer aos professores avaliados com excelente e com muito bom que, afinal de contas, isso não tinha servido para nada?”.

Portugal ingovernável com dois orçamentos

Nesta sua primeira intervenção de volta ao convívio com os militantes da FAUL, após o fecho do ciclo eleitoral, Sócrates defendeu que Portugal seria ingovernável com dois orçamentos, criticando o PSD por ter entrado em “desvario”.

“O país não pode aceitar ter dois orçamentos: um feito pela Assembleia da República e outro pelo Governo. Com dois orçamentos o país não é governável”, declarou, num ponto do seu discurso no qual evidenciou os “riscos” que Portugal correria com “um Orçamento feito com base em “coligações entre a extrema-esquerda e a direita, só



para tentar embaraçar o PS”.

“A isso chamo politiquice, não chamo política para resolver nenhum problema do país”, apontou, considerando não ser razoável nem justo que “alguém, antes de discutir o Orçamento do Estado para 2010, queira tirar cerca de 800 milhões de euros de receitas e acabe com alguns dos impostos apenas porque isso é simpático, popular e dá mais votos”.

“Isso não é leal”, acusou, desafiando para que se diga e explique “qual é despesa de que se abdica”.

Numa crítica explícita ao PSD, classificou como “espectáculo absolutamente confrangedor” o facto do maior partido da oposição, “que passou meses a falar em envidamento”, ter sido, em apenas uma manhã, no Parlamento, “o principal responsável por tirar ao Orçamento 800 milhões de euros, criando dificuldades às contas públicas”.

“Esse partido não tem nenhuma coerência e deu um sinal da profunda irresponsabilidade e de desvario”, venceu.

Depois, o secretário-geral do PS condenou também “as operações da oposição destinadas a recolher

populismo fácil para satisfação de alguns eleitorados de pequenos partidos”, deixando, aliás, claro que o Partido Socialista “não está empenhado numa agenda de competição ideológica seja com quem for nem quer o exibicionismo da afirmação política”.

“Queremos servir o nosso país e sabemos bem qual é a nossa responsabilidade”, contrapôs.

Segundo José Sócrates, Portugal não pode “regressar a soluções que não servem o interesse de todos os portugueses, mas servem apenas o interesse de alguns grupos, de alguns sectores, que não têm a ver com o interesse geral”.

Neste ponto, sublinhou os resultados das últimas eleições legislativas, que deram um triunfo com maioria relativa aos socialistas.

“O PS ganhou as últimas eleições legislativas limpamente, ganhou-as no terreno do debate político. Essa vitória foi também a vitória da expressão popular – e o povo falou claro”, afirmou, lamentando, porém, o facto de “alguns não ouvirem bem a voz do povo”.

“O povo disse quem queria que governasse, depois de uma avaliação feita nos últimos quatro

anos”, afirmou, classificando como “inadmissível que a oposição tente impor os seus pontos de vista sem assumir responsabilidades”.

“Não é possível que aqueles que não quiseram responsabilidades de Governo queiram ter o poder de conduzir todas as políticas do país”, declarou José Sócrates, antes de salientar a necessidade de estabilidade política, “sobretudo em torno dos temas mais sensíveis da governação”.

“Mas não aceitamos a ideia que o Governo governa, mas quem define todas as leis é a Assembleia da República. Essa ideia é errada, porque, afinal de contas, a Constituição diz que quem governa é o Governo” finalizou.

Entretanto, realizaram-se também plenários de militantes noutros pontos do país.

Ana Paula Vitorino e João Tiago Silveira debateram ideias com os socialistas de Aveiro e Portalegre, respectivamente, no dia 18 de Dezembro.

Dias antes foi a vez de Francisco Assis participar no plenário de militantes de Coimbra, enquanto Vieira da Silva esteve em Setúbal e Idália Moniz em Leiria.



Autarcas socialistas na linha da frente do combate político

O SECRETÁRIO-geral do PS, José Sócrates, apelou aos autarcas socialistas para que estejam na primeira linha do debate político nacional, designadamente em defesa das medidas do Governo de promoção do investimento público para estimular a economia e gerar emprego.

José Sócrates e vários elementos do Secretariado Nacional do PS estiveram reunidos no dia 20 com os presidentes de câmaras eleitos pelos socialistas nas últimas eleições autárquicas.

No final da reunião, que durou cerca de três horas, o presidente da Associação Nacional de Autarcas do PS (ANA/PS), Rui Solheiro, disse que ficou estabelecido com José Sócrates “a realização trimestral de um fórum entre autarcas do PS e a direcção nacional do partido”.

O também presidente da Câmara de Melgaço adiantou que “esse fórum não servirá apenas para discutir políticas de natureza local, mas também para haver participação dos autarcas socialistas na discussão das políticas nacionais do próprio partido”.

Segundo este vice-presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), os autarcas socialistas “manifestaram um consenso no apoio ao primeiro-ministro”.

“Concordamos com as linhas



principais de orientação do Governo. Particularmente, defendemos um forte investimento nas obras públicas como forma de dinamização da economia e combater o desemprego”, disse

Rui Solheiro.

O presidente da ANA/PS referiu ainda que os autarcas socialistas “não percebem o comportamento das oposições na Assembleia da República, que

se unem pela negativa e mexem em verbas que influenciarão o próximo Orçamento do Estado, antes de o Governo apresentar a sua proposta”.

Segundo Rui Solheiro, “é preci-

so perceber que quem governa é o Governo e que se deve respeitar o espaço de cada um dos participantes. Não nos parece natural esta reunião pela negativa por parte das oposições”.

PS não aceita intromissões na sua agenda política

“O PRESIDENTE da República tem a liberdade de ter a sua posição pessoal relativa ao diploma respeitante à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Mas já não terá o direito de se intrometer na agenda dos partidos e no caso vertente do PS”, afirmou o dirigente socialista Sérgio Sousa Pinto, frisando que se Belém fizer “coro” com a oposição de direita, colocará em causa a estabilidade política.

Sérgio Sousa Pinto fez estas declarações à entrada da reunião entre o secretário-geral do PS, José Sócrates, e os presidentes de câmaras socialistas.

Para o vice-presidente do GP/PS, se o chefe de Estado interferir na agenda dos partidos, “estará a contribuir inutilmente para a dramatização da vida nacional e a pôr em causa as condições de estabilidade política, que são indispensáveis para dar resposta a problemas que preocupam o senhor Presidente da República, como preocupam o Governo e o PS”.

E lembrou, a propósito, que “os portugueses não escolheram o PS para formar Governo para que a agenda do Governo e do PS fosse determinada pelo senhor Presidente da República”.

Quanto ao facto de o chefe de Estado ter secundarizado a questão dos casamentos entre



cidadãos do mesmo sexo, Sérgio Sousa Pinto disse que existem “problemas estruturais na economia portuguesa” e “uma gravíssima crise internacional”, mas sustentou que “não é a circunstância desses problemas existirem que impede os partidos e, designadamente o PS, de exercerem a iniciativa política em matérias que considera relevantes, que foram sufragadas pelos portugueses nas últimas eleições e que correspondem à aplicação do programa eleitoral”.

Sérgio Sousa Pinto recordou que Cavaco Silva “pronunciou-se no sentido de que haveria problemas mais urgentes menos susceptíveis de dividir os portugueses”, acrescentando que “não compete ao Presidente da República determinar a agenda do PS nem dos demais partidos. Não é essa a sua função, tem poderes constitucionais muito fortes, que lhe estão confiados, mas a faculdade de se intrometer na agenda dos partidos não é um deles”.

Segundo o dirigente socialista, “se a intenção do Presidente da República, exorbitando aquilo que é a sua legitimidade neste contexto, entende fazer coro com o discurso dos partidos da oposição, objectivamente está a contribuir para uma dramatização indesejável da nossa vida política e a contribuir para que se ponham em crise as condições de estabilidade política”.

Governo aprova casamento homossexual

O Governo aprovou no dia 17 de Dezembro em Conselho de Ministros a proposta de lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, foi aprovada no passado dia 17 de Dezembro, em Conselho de Ministros. Com este diploma, elimina-se uma velha discriminação e dá-se mais um passo na construção de uma sociedade mais tolerante e mais justa, com mais igualdade para todos. Cumpre-se assim uma das bandeiras eleitorais do programa do PS nas legislativas de 27 de Setembro. De fora fica a adopção por casais homossexuais.

NO FINAL da reunião do Conselho de Ministros, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, disse que a proposta de lei, que será enviada para a Assembleia da República, elimina as referências “que supõem tratar o casamento necessariamente como contrato entre pessoas de sexo diferente”, acrescentando que “fica claro” na letra da lei que as alterações introduzidas “não têm nenhuma implicação no que diz respeito à abertura da possibilidade de adopção por parte de casais homossexuais”.

O ministro da Presidência lembrou que “o compromisso eleitoral que assumimos perante os portugueses era de eliminar as discriminações a propósito do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Deixámos sempre claro que se tratava de uma iniciativa a propósito do casamento civil e não a propósito da adopção”.

Por outro lado, referiu que casamento e adopção “são dois institutos diferentes” e rejeitou liminarmente qualquer situação de “discriminação”:

Segundo explicou Silva Pereira, “adopção não consiste em satisfazer um direito dos adoptantes, porque não existe um direito de

ninguém a adoptar. As pessoas podem candidatar-se à adopção. A adopção é sempre determinada em razão não da satisfação de direitos dos adoptantes, mas da realização do interesse das crianças”.

Questionado sobre a realização de um referendo sobre o casamento homossexual, Pedro Silva Pereira lembrou que o tema foi “largamente discutido” na sociedade portuguesa e que constava “expressamente dos compromissos eleitorais” apresentados aos eleitores.

“Governo e Assembleia da República têm toda a legitimidade pelo mandato conferido pelos portugueses para decidir sobre a matéria e eliminar as barreiras jurídicas ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo”, defendeu, considerando o referendo uma opção “que não se justifica”.

O ministro da Presidência destacou a “importância” do diploma agora aprovado, que apontou como “uma evolução social significativa”.

E adiantou que “não será com certeza, à luz da experiência de outros países, um movimento gerador de especial perturbação social, nem sequer de prejuízo para o valor social da família, pelo contrário”.



PORTUGAL NO PELOTÃO DA FRENTE DA IGUALDADE NO ACESSO AO CASAMENTO

A APROVAÇÃO pelo Governo do acesso dos homossexuais ao casamento civil foi considerada “uma grande vitória” pelo deputado independente na bancada do PS Miguel Vale de Almeida, que disse compreender, “com realismo político”, a exclusão do acesso à adopção.

“Portugal vai ficar no pelotão da frente da igualdade de acesso ao casamento civil”, afirmou o deputado e activista dos movimentos pelos direitos dos homossexuais.

Quanto à exclusão da adopção por casais homossexuais, Vale de Almeida referiu que teria preferido “soluções à espanhola” em que “o casamento e a parentalidade foram aprovados ao mesmo tempo”, ou então, frisou, “a separação completa dos dois assuntos permitindo que a questão da adopção não tivesse que ser eventualmente problemática”.

No entanto, fez questão de frisar que é favorável “à tese do copo meio cheio” e ver a proposta do Go-



verno como “uma grande vitória”.

“Agora, há realismo político, estamos no país que estamos com a composição partidária que temos e a sociologia que temos”, referiu, sublinhando que as questões da adopção não foram prometidas no programa eleitoral do PS.

O deputado afirmou ainda esperar que os partidos da esquerda “não desiludam” e não coloquem problemas à viabilização do diploma do Governo no Parlamento pela questão da adopção.

“A desigualdade já lá está na lei neste momento. O que se está a fazer é a diminuir a desigualdade no acesso ao casamento. Espero e desejo que a esquerda não desiluda”, disse.



Alberto Martins quer aumentar qualidade e eficácia da Justiça

DAR mais qualidade e eficácia à Justiça, “num clima de diálogo construtivo e partilha na realização das decisões colectivas” foi o objectivo traçado por Alberto Martins na cerimónia de posse, no dia 18, de novos altos dirigentes dos serviços do seu ministério.

Na ocasião, o ministro da Justiça pediu aos empossados que exerçam “uma liderança forte, inclusiva e exemplar”, para que criem uma nova motivação e confiança na Administração Pública.

Alberto Martins disse esperar dos altos funcionários o cumprimento das funções “com legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, transparência e proporcionalidade nas decisões discricionárias que são chamados a adoptar”,

fazendo por “dar mais justiça à Justiça”.

Na sua opinião, esta “renovação muito ampla” de dirigentes trará uma nova vida estrutural para o Ministério da Justiça. Trata-se, sublinhou Alberto Martins, de “renovar as elites, favorecer a mobilidade pessoal, vencer rotinas e procurar e criar novos desafios”.

No âmbito do Ministério da Justiça estão anunciados movimentos nas direcções-gerais da política legislativa, na administração da justiça e nos serviços prisionais, do Instituto de Gestão Financeira de Infra-Estruturas da Justiça, para além de algumas alterações no âmbito da reinserção social, do Instituto de Registos e Notariado e do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça.

Debater serenamente a regionalização do país

É necessário avançar com o máximo de consenso e o mínimo de precipitação no tema da regionalização, porque fazê-lo depressa e a qualquer preço conduzirá a maus resultados, avisou o presidente do GP/PS, no discurso de abertura das Jornadas Parlamentares que decorreram, de 14 a 16 de Dezembro, em Beja.

NUMA intervenção inicial das jornadas de Beja, Francisco Assis centrou-se no tema da regionalização, lembrando o compromisso assumido pelo PS de, no quadro da actual legislatura, avançar com o referendo sobre a criação de regiões administrativas.

O líder da bancada socialista lembrou então os erros do passado em relação a esta matéria, sustentando de seguida que, independentemente do resultado final de um referendo, qualquer precipitação relativa à regionalização e a cedência à tentação de querer transformar este tema de confronto político quotidiano, “conduziriam a maus resultados,”

Para Assis, a regionalização é um tema em que é preciso trabalhar “seriamente”, com ponderação e serenidade, evitando “as paixões mais superficiais”.

“Tem de ter um debate muito racional”, sustentou, recusando igualmente “um debate de mitos”.

Nesta ordem de ideias, defendeu que o PS tem a obrigação de abandonar os slogans “demasiado genéricos” e focar-se nas questões “simples, mas decisivas”, nomeadamente na necessidade das regiões administrativas, a sua forma de financiamento, a sua articulação com o poder central e local.

“Se conseguirmos colocar o debate a esse nível será possível ganhá-lo”, enfatizou, assinalando que o tempo será “um factor essencial”.

“Tempo de ponderação, tempo de discussão, tempo de participação”, enumerou, advogando igualmente a necessidade de manter uma “atitude de acolhimento de todos quantos na sociedade portuguesa podem dar sugestões e podem participar activamente nessa discussão”.

Até porque, afirmou, “não nos queremos afirmar como os detentores de qualquer tipo de monopólio de verdade em relação a este assunto”.

Nesta óptica, considerou que o partido precisa de alcançar um “equilíbrio”, sem se anestesiar.

“Em nome da estabilidade não podemos ser nós um factor gerador de crises, mas em nome dela não nos podemos deixar anestesiar”, defendeu Francisco Assis, considerando que “pelo projecto” os socialistas devem ter a força necessária para fazer as rupturas

e travar os combates que sejam necessários, sem deixar de pugnar pela estabilidade.

O líder parlamentar criticou, por outro lado, fortemente o facto da oposição se fixar “de forma obsessiva” no passado, tentando ajustar contas com o Executivo anterior.

Advertiu, pois, que a responsabilidade socialista é “não ir atrás da irresponsabilidade dos outros partidos”.

“A nossa preocupação não pode ser fazer da irresponsabilidade da oposição um alibi para nós próprios não assumirmos as nossas responsabilidades”, declarou, manifestando-se convicto de que o PS será capaz de governar o país e enfrentar os problemas com que se depara sem nunca fomentar a instabilidade.

Após recordar que foram os partidos da oposição que “um a um” se recusaram participar em soluções parlamentares, logo no início da legislatura, o presidente do GP/PS insistiu na necessidade do partido ser exigente consigo próprio, para logo vincar que ninguém compreenderia que o PS tomasse uma de duas “atitudes radicais, incompatíveis e ambas inaceitáveis”.

“Uma seria ser um agente promotor de instabilidade, adoptando uma postura birrenta com o intuito de demonstrar a impossibilidade real de governar”, ou, prosseguiu, “se adoptasse uma atitude de cedência absoluta perante tudo o que os outros querem impor”.

Francisco Assis alertou que “nem



uma nem outra atitude é aceitável”, concluindo com a garantia de que, por isso mesmo, o Governo continuará a agir e a tomar iniciativas de acordo com o programa que foi sufragado maioritariamente pelos portugueses e que foi aprovado no Parlamento.

Garantir estabilidade

Logo após a visita institucional da direcção do Grupo Parlamentar do PS ao governador civil de Beja, Manuel Monge, em declarações aos jornalistas, Assis afirmou que “o maior desafio que hoje se nos coloca é o de estarmos acima do circunstancialismo da pequena disputa política que tem marcado de

forma exagerada os últimos tempos na Assembleia da República”.

“Estamos a passar uma fase inicial da legislatura marcada por uma vontade clara da parte das oposições de fazerem um ajuste de contas permanente com o passado, como se estivessem todos os dias a julgar retroactivamente o governo anterior”, declarou.

Na visita que marcou o início arranque das Jornadas Parlamentares do PS, o líder da bancada parlamentar socialista sustentou que a oposição tem que “compreender que estamos numa fase nova” e que “é importante que garantamos todos a estabilidade política do país”.

“Vamos ter um momento crucial

de discussão e, espero, de aprovação do Orçamento do Estado para 2010”, a partir de Janeiro, que “será um momento clarificador e, acredito, estabilizador da vida política em Portugal”, previu Assis, convencido de que “dentro de dois a três meses” a situação de conflitualidade “estará um pouco ultrapassada”.

Segundo o presidente do GP/PS, “é possível garantir a governação do país nos próximos anos, neste quadro parlamentar”.

“É uma luta que temos que travar”, defendeu, lembrando que o Executivo tem um programa que “está obrigado a cumprir”, mas “não dispõe de maioria absoluta no Parlamento” e, por isso, frisou, “tem que promover entendimentos para assegurar a estabilidade política do país e a aprovação dos principais documentos”.

Após o encerramento das Jornadas e em declarações aos jornalistas, o líder da bancada socialista voltou a assumir o compromisso de iniciar com o Governo e com o partido uma “grande reflexão participada” sobre a regionalização, considerando que está a começar uma nova caminhada para descentralizar mais o país.

Perante os jornalistas, Assis fez um balanço positivo das Jornadas de Beja, destacando o “debate muito profícuo sobre a regionalização” que ocorreu.

“Estas jornadas foram marcadas pelo intuito de discutir o desenvolvimento regional nas suas diferentes dimensões e também sobre a regionalização”, frisou. M.R.

INVESTIMENTO PÚBLICO PROMOVE O DESENVOLVIMENTO

O LÍDER parlamentar do PS criticou aquilo que considera ser a posição errada dos que estão “sistematicamente contra” o investimento público, lamentando que os argumentos encontrados redundem sempre em opiniões “circunstanciais”, apenas destinadas a pôr em causa o TGV, a terceira travessia do Tejo ou o novo aeroporto de Lisboa.

Francisco Assis, que falava aos jornalistas junto da barragem do Pedrógão, durante uma visita que decorreu no âmbito das jornadas parlamentares, disse não conhecer verdadeiramente nenhum país “que se tenha desenvolvido sem um forte impulso do investimento público”.

As consequências da sistemática oposição em relação ao investimento público, como sucedeu em relação, por exemplo, ao Alqueva, configura, na sua opinião, uma clara analogia com o caso do TGV ou outros investimentos previstos”.

São sempre as mesmas reacções daqueles que sis-

tematicamente acham que Portugal não se deve dotar dos equipamentos que outros países já têm e com isso “atrasarem e condenarem o nosso país a uma situação periférica e atrasada no contexto europeu”.

Na opinião do líder parlamentar do PS, tanto o Alqueva como agora o TGV representam excelentes exemplos “do bom investimento público” assumindo-se como projectos fundamentais para a qualificação do território português, e para a “atração de investimento privado”.

Daqui a 20 anos, disse, “olharemos para o TGV como hoje olhamos para o projecto do Alqueva”, reconhecendo então que este tipo de investimento público, “para além dos benefícios directos que provoca” e que se traduzem numa melhoria da qualidade de vida das pessoas, tem ainda outro aspecto determinante que passa pelo seu carácter estratégico e fundamental, ao assumir-se como um factor importante para a captação de investimento privado. R.S.A.

Sócrates defende mapa das cinco regiões

As cinco regiões administrativas “recolhem um consenso social e político que permitirá avançar” com o processo de regionalização, afirmou o líder socialista e primeiro-ministro, José Sócrates, no encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, em Beja, onde reafirmou que o Governo está disponível para o diálogo com a oposição, mas para “construir” e não para “suspender” ou “destruir”, e apontou o emprego, a economia, a energia, a educação e a equidade como os eixos prioritários em que se centrará a acção do Executivo.

J. C. CASTELO BRANCO

NA SUA intervenção de cerca de uma hora, José Sócrates, reconheceu que a ideia das cinco regiões não é “completamente unânime” no interior do PS, mas considerou que o Estado está preparado para a reforma “indispensável e urgente” da regionalização.

O líder do PS lembrou o “chumbo” da regionalização no referendo de 1998, para defender que, na sua opinião, “grande parte do não” ficou a dever-se àquilo que foi a proposta do PS de divisão administrativa, por ter insistido na divisão do país em nove regiões.

Por outro lado, José Sócrates considerou que a vitória nas eleições legislativas e autárquicas colocam o PS como “o grande partido popular em Portugal”, com os portugueses a darem-lhe “a responsabilidade de governar”.

“O Governo não tem maioria no Parlamento”, disse, salientando que, neste cenário, “os portugueses o que querem é que este Governo seja dialogante”. E, por isso, lembrou, logo a seguir às eleições legislativas “consultámos todos os partidos com assento na Assembleia da República, com vista a encontrar entendimentos com vista à governabilidade e estabilidade”. Mas, lamentou, “todos disseram não”.

“O PS tem a responsabilidade de governar. E estamos disponíveis para um compromisso, para a negociação, mas nós queremos negociar para construir, não queremos negociar para destruir”, disse.

“Nós queremos negociar para fazer, para acrescentar, o que nós não estamos disponíveis para negociar para desfazer e para diminuir”, sublinhou, reiterando não lhe falta “nem a vontade, nem a determinação” para governar. E acusou os partidos da oposição de nestas primeiras semanas duas semanas tentarem, com a sua postura, um “ajuste de contas com o passado”.

O líder do PS sublinhou que o Governo está do lado da “acção” e não do lado da “suspensão ou da

inacção”. Por isso, frisou, “não é razoável” o que os partidos tentaram fazer nos primeiros momentos da legislatura, tentando aprovar no Parlamento “dossiês que tinham como principal motivo a suspensão”.

Da mesma forma, reiterou, o país não poderá viver com dois orçamentos, ou seja, “o orçamento do Governo e o orçamento-sombra que a oposição acha que deve aprovar um mês antes do orçamento apresentado pelo Governo”.

E defendeu que “o Governo não pode aceitar governar com base num Orçamento aprovado pela oposição. Seria inconcebível”, acrescentando, no entanto, que um Executivo sem maioria “deve governar com base num Orçamento negociado com outros”.

O primeiro-ministro voltou ainda a criticar as “coligações negativas” que os partidos da oposição estão a fazer no Parlamento, questionado “o que leva o BE a entender-se tantas vezes com o PSD”, não querendo discutir com o Executivo, e o que leva a direita a entender-se com o BE.

“Não me parece que seja comportamento que seja tido como construtivo na Assembleia da República, em particular com agências tão diversificadas”, afirmou.

Sócrates considerou que essas “coligações negativas” são sempre fáceis de fazer para “destruir aquilo que está feito”, mas impossíveis de realizar para “construir seja o que for”.

Eixos prioritários

Na sua intervenção, referiu ainda que o Governo tem “uma visão política orientada para a modernização do país em todos os domínios”, referindo que a acção governativa se centrará em cinco pontos prioritários: o emprego, a economia, a energia, a educação e a equidade.

No que respeita ao emprego, lembrou que o novo Governo já aprovou o lançamento de um conjunto de iniciativas para jovens desempregados, como o Inov-Social, o Inov- Export e cinco mil



estágios na Administração Públicas, assim como alargou o número de beneficiários do subsídio de desemprego.

Para Sócrates, a dinamização da nossa economia, nesta situação de crise internacional, passa pela continuação da aposta no investimento público, nomeadamente através de projectos estruturantes e geradores de milhares de empregos, como o TGV. Mas também, sublinhou, pela construção de novas vias, como a auto-estrada entre Sines e Beja, que considerou de grande im-

portância para o desenvolvimento do Alentejo

Quanto à energia, outra das prioridades do Governo, o primeiro-ministro reiterou que a aposta feita nas energias renováveis feitas nestes últimos quatro anos é para prosseguir, já que, “para além dos benefícios ambientais, reduz a nossa dependência do petróleo, logo diminui a dívida externa do país e dá mais oportunidades de empregos qualificados, contribuindo de forma sustentada para a recuperação da nossa economia”.

Relativamente à educação, Sócrates reiterou o objectivo que o 12º ano de escolaridade seja a referência de escolaridade para todos os portugueses. “É uma meta fundamental para que um país possa triunfar na economia global”, disse, frisando, uma vez mais, o êxito que tem constituído o programa Novas Oportunidades, com um milhão de inscrições, e que permitirá aos cidadãos terem uma ferramenta para progredirem profissionalmente e ter melhores condições de vida.

Equidade

Já no que respeita à equidade, o primeiro-ministro destacou a fixação do salário mínimo em 475 euros, tal como acordado em sede de concertação social, que considerou “uma condição fulcral para a dignidade das pessoas que trabalham”, acrescentando que, apesar da crise, “é um esforço necessário para ajudar estes nossos compatriotas”.

Sócrates referiu ainda o complemento solidário para idosos, o novo apoio público às famílias trabalhadoras com filhos, de modo a reduzir o risco de pobreza subsídio para as famílias com menores e a continuação da aposta na construção de novos equipamentos sociais, como creches, como medidas promotoras de uma maior equidade social.

PRIMEIRAS JORNADAS DA XI LEGISLATURA

NAS PRIMEIRAS jornadas parlamentares do PS na presente legislatura, subordinadas ao tema do desenvolvimento regional, a regionalização ocupou lugar de destaque na discussão dos quatro painéis. “Competitividade, políticas públicas e desenvolvimento regional”, o primeiro painel em debate, contou com a participação de Vieira da Silva, ministro da Economia, e António Mendonça, ministro das Obras Públicas. O segundo painel dedicado à “Cultura como factor de desenvolvimento regional”, teve como oradores Rui Horta, dinamizador da associação cultural O Tempo e o Espaço, e de João Carlos Santos, coordenador de conservação e restauro da Direcção Regional de Cultura do Norte. “Agricultura, ambiente e desenvolvimento regional” foi o tema do terceiro painel das jornadas, que contou com a participação de Rui Barreiro, secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, e Fernanda Carmo, secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. O último painel em discussão, “Administração do território e coesão nacional”, teve como oradores António Costa, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e Carlos Lage, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte.

As jornadas abriram com as intervenções de Luís Pita Ameixa, presidente da Federação de Beja do PS, Jorge Pulido Valente, presidente da Câmara de Beja, e de Francisco Assis, líder do GP/PS.

CONCL

Jornadas Pa

Beja – 14, 15 e 16 d

1. O Baixo-Alentejo adorou a vossa visita!

Saudamos todas as deputadas e deputados pelo trabalho que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista desenvolveu nestas suas Jornadas Parlamentares de Beja.

Saudamos os participantes, os convidados e os funcionários, assessores e demais colaboradores.

Saudamos as entidades e organismos com que pudemos interagir, dialogar e melhorar o nosso conhecimento da realidade.

Saudamos a presença, o acompanhamento e o trabalho autónomo da Comunicação Social.

Saudamos toda a população de Beja e da sua região e, daqui, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda o povo português perante o qual está em condições, pela sua parte, de garantir a fidelidade ao seu mandato de representação, expresso no sufrágio eleitoral, no sentido de assegurar o governo do País, nos termos constitucionais, em coerência com o programa aceite pela Assembleia República e com estabilidade política.

2. Escreveu Miguel Torga, referindo-se ao castelo mais alto de Portugal, talvez com um certo exagero poético, que “Beja tem a sua torre de mármore, como uma tribuna para ver meio Portugal”.

Certo porém é que nestas Jornadas Parlamentares estiveram os deputados socialistas de Portugal inteiro, que puderam ver e percorrer o Distrito de Beja, e a partir desta tribuna política também olhar - agora sem exagero literário - para o desenvolvimento regional, a competitividade e a sustentabilidade de Portugal todo.

3. Organizados em 5 Grupos Temáticos, as deputadas e os deputados do Partido Socialista debruçaram o seu interesse na realidade local do Baixo-Alentejo.

O Grupo 1- ‘Terra e Água’, confirmou que o empreendimento Alqueva está a mudar a face da região.

Um histórico investimento público dá um novo curso, um curso humano, à água do rio Guadiana para transformar, de sequeiro em regadio, 110 mil hectares de terras agrícolas.

A liderança do PS nos governos nacionais está ligada à construção da grande barragem e agora à antecipação, em mais de uma década, da conclusão do Alqueva agrícola.

Empreendimento de fins múltiplos, Alqueva, disponibilizando água como motor de desenvolvimento de uma nova agricultura, também, intervém na produção de energia renovável e no incremento do turismo.

O Grupo Parlamentar quis ouvir os representantes da agricultura com os quais estabeleceu, nos trabalhos que decorreram em Serpa, profícuo diálogo sobre os problemas e as expectativas da actividade ligada à exploração da terra como sistema multifuncional que, para nós, tem de merecer a importância de uma laboração económica, de uma fonte de recursos essenciais à vida, e de uma actividade estruturadora da ligação do homem ao território, de gestão da paisagem e de sustentabilidade ambiental.

O Grupo 2 – ‘Costa e Mar’, pôde apreciar as potencialidades da costa sudoeste, em Odemira, no campo da produção piscícola, da horticultura de ponta, e do turismo ecológico e de qualidade.

O Grupo 3 - ‘Inovação’, trabalhou na apreciação do desenvolvimento de práticas de modernidade tecnológica e científica, com destaque para a importante produção de

energia solar, de que este Distrito é o principal gerador, vendo-se um exemplo em Ferreira do Alentejo, tal como para as políticas de sustentabilidade ambiental das comunidades locais, para as experiências mais avançadas de modernização e desburocratização dos serviços públicos autárquicos e do governação electrónica aos serviço do cidadão, para a investigação aplicada em biotecnologia agro-alimentar de ponta e, enfim, na caracterização da importância do ensino superior politécnico em várias áreas do saber como factor de desenvolvimento humano mas também de desenvolvimento do território onde se insere.

O Grupo 4 – ‘Património e Cultura’, internou-se, em Beja, na velha ‘Pax Julia’ descobrindo a beleza da sua arquitectura, a força da sua história, o valor do seu património histórico, artístico e místico, o porte da sua cultura, tudo como esteios de afirmação de personalidade e identidade de um sítio, mas também factores que podem servir maiores ambições de desenvolvimento local, da Cidade e do Distrito.

O Grupo 5 – ‘Investimento Público e Privado’, pôde verificar, inteirar-se e discutir, as bases, programas e efeitos de grandes investimentos públicos estruturantes, como o Aeroporto Civil de Beja, obra em fase de conclusão, que, em articulação com o Porto de Sines, Alqueva e IP.8/autostada do Baixo-Alentejo, terão efeitos enormes no desenvolvimento regional.

Por outro lado a apreciação da importância do investimento empresarial privado para o crescimento e emprego local viu-se na empresa industrial visitada em Aljustrel, sendo de dar todo o relevo à iniciativa de empreender, ao risco de investir, à ambição de acrescentar e de criar, próprias do espírito empresarial.

As ajudas e estímulos públicos, por parte do Estado, revelam-se importantes factores de incremento do investimento



USÕES Parlamentares de Dezembro de 2009

e, muitas vezes, - como agora, época de crise económica internacional - condição de sustentabilidade das empresas e suporte para o lançamento de novas ambições.

O caso das explorações mineiras de Aljustrel, como exemplo, mostra como a intervenção do Governo do Partido Socialista, concomitantemente com a vontade empreendedora de empresas nacionais, pôde ter efeitos importantes na salvaguarda da vida de um empreendimento económico, importante para a região e importante para o País, para a economia e para o emprego.

4 – O Partido Socialista é o principal Partido Político no País. No Distrito de Beja é hoje, igualmente, a força política mais representativa destas populações.

No Distrito, o mais votado nas legislativas e absolutamente maioritário nos deputados eleitos, maioritário nas autarquias, com maior número de Câmaras, maior número de Freguesias, e também o maior número de vereadores, o maior número de membros das assembleias municipais, o maior número de vogais das Juntas de Freguesia, o maior número de membros das assembleias de Freguesia, enfim o maior número de votos.

Por conseguinte, com uma posição política liderante nas estruturas representativas dos interesses sócio-políticos locais, designadamente no âmbito do associativismo dos municípios que, aqui, se integram - historicamente e politicamente - envolvendo todo o Distrito de Beja e uma parte do Distrito de Setúbal.

As Jornadas Parlamentares socialistas ocorreram pois em Beja no momento azado - o de o PS confirmar a assumpção das suas responsabilidades, por dever de representação mas também por vontade própria, como o principal protagonista

político do progresso, do desenvolvimento e do futuro destes territórios e suas populações.

5 – O Desenvolvimento Regional, como tema, animou os debates destas jornadas envolvendo o Grupo Parlamentar, membros do Governo e convidados da Sociedade Civil.

Na aplicação das medidas de combate à crise, no investimento público, na qualificação do sector exportador, na aposta nas novas energias, na aplicação das verbas comunitárias do QREN - em todos estes itens o desenvolvimento regional pode e deve ser visado como beneficiário da intervenção económica pública e privada.

A economia deve constituir um motor essencial do desenvolvimento regional.

Designadamente, o investimento público é importante para equipar o território com condições de competitividade e, outrossim, não repele o investimento privado, antes o pode atrair com significado e ambos são importantes para a criação de emprego e pelo seu efeito dinâmico na economia em ordem a uma maior coesão territorial.

Por outro lado, o Grupo Parlamentar do PS põe em relevo o contributo da cultura para a economia, para o emprego e para o desenvolvimento, designadamente das diversas regiões.

O contributo do sector cultural e criativo para o produto regional e nacional é muito importante e a aposta do Governo do PS em investir mais na cultura deve ser também vista como uma oportunidade de desenvolvimento regional.

Acréscimo que no emprego gerado neste sector a percentagem de trabalhadores com elevada qualificação também deve ser posta em relevo como contributo para a promoção do emprego qualificado em todos os locais do País.

A Agricultura foi referenciada como um sector económico

da maior importância, e a atracção de jovens para o trabalho da terra será fundamental para o futuro do desenvolvimento regional devendo serem desenvolvidas políticas adequadas designadamente a implementação de um banco de terras.

O ordenamento do território e a política de reabilitação urbana nas cidades mereceram também um relevante debate, destacando-se a contribuição das políticas nestes sectores para a qualidade e atractividade dos territórios.

De igual modo as linhas de acção política em matéria de ambiente podem dar um forte contributo para o desenvolvimento regional, nomeadamente na produção descentralizada de energia a partir de fontes renováveis, e, por outro lado, na conservação da natureza e gestão das áreas protegidas de onde se pode esperar um contributo crescente para o emprego e desenvolvimento das economias locais.

A reforma autárquica, iniciada na anterior legislatura, deverá continuar a ser aprofundada, designadamente em matéria de acção social, educação e saúde. Importa agora dar o passo seguinte, fundamental para o desenvolvimento sustentável do todo nacional - a descentralização político-administrativa do país.

Sobre a Regionalização o PS sabe o que quer, tem um rumo definido no programa político do Congresso de Espinho, no programa eleitoral e no programa do Governo aceite na Assembleia da República.

O debate que agora se reabre deve ser realizado com serenidade, com consenso político e social, que garanta uma forte participação de todos os agentes e um efectivo sucesso no novo modelo político-administrativo. É, pois, um desafio à capacidade do País!

Como disse, esse socialista primordial, Antero de Quental, "... a reforma, para ser efectiva e fecunda deve partir de dentro e do mais fundo do nosso ser colectivo".

Beja, Vila Galé, 16 de Dezembro de 2009



SOCIALISTAS REJEITAM PROPOSTA COMUNISTA PARA A SEGURANÇA SOCIAL



COM os votos contra do PS foi rejeitada, em sede de especialidade, na AR, a proposta dos comunistas de transferir mais de 60 milhões de euros para a Segurança Social, no âmbito das alterações ao Orçamento para 2009.

O PS beneficiou na sua posição com as abstenções do PSD e do CDS/PP, apesar dos esforços desenvolvidos pela bancada do PCP em convencer os restantes partidos de que em resultado da redução das taxas de juro aplicadas ao serviço público da dívida, que o Governo estimou em 630 milhões de euros, razão por que na opinião dos comunistas seria recomendável alocar à Segurança Social com uma verba de 60 milhões de euros.

Esta proposta da bancada do PCP surgiu em consequência da segunda proposta do Governo de alteração ao OE/2009, iniciativa que foi aprovada em votação final global com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PSD, CDS, PCP e PEV e os votos contra do BE.

Recorde-se que o limite de endividamento já tinha sofrido um aumento pelo Governo em Janeiro para os 10.107,9 milhões de euros, através de uma primeira alteração ao OE para 2009.

Nesta segunda alteração, e face à última mexida, o limite do aumento de endividamento ficou estabelecido em 4.904,1 milhões de euros, justificando o Executivo a necessidade desta medida em virtude de uma quebra acentuada das receitas fiscais em cerca de 13,2%. R.S.A.

LINHA DE CRÉDITO DE 50 MILHÕES PARA APOIO À AGRICULTURA

O GOVERNO socialista aprovou uma nova linha de crédito com condições mais favoráveis para as empresas agrícolas e pecuárias no valor de 50 milhões de euros para reforço das condições de tesouraria com uma bonificação média de 85%.

Falando no final do Conselho de Ministros de 10 de Dezembro, o ministro da Agricultura, António Serrano, sublinhou que “o objectivo central é dar resposta a uma situação de crise que o sector tem vivido”.

O ministro da Agricultura considerou que esta medida “é de extrema importância para o sector agro-pecuário, porque se orienta para a melhoria das condições de tesouraria dos agricultores, incluindo na agricultura o sector da cortiça” e reforça que “a preocupação do Governo é reduzir custos de produção no sector agrícola”.

António Serrano adiantou que se trata “de uma linha bonificada em termos médios na ordem dos 85%, sendo diferente das restantes, porque pode ser amortizada num prazo de seis anos, com um período de carência de dois anos. Esta linha de crédito aumenta a linha de crédito para a agro-indústria, que vê aumentado o seu crédito em mais de 25 milhões de euros”.

Teixeira dos Santos garante que a despesa do Estado está controlada

O MINISTRO das Finanças garantiu que a despesa do Estado se encontra dentro dos limites aprovados e significativamente abaixo do padrão de segurança estabelecido.

Teixeira dos Santos, que falava na Assembleia da República durante o debate da proposta do Governo de segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2009, recordou a este propósito, e como exemplo para demonstrar a efectiva disciplina com as despesas do Estado, que os prazos médios de pagamento aos hospitais conheceram no último ano “uma substancial redução”, tendo-se registado, entre o terceiro trimestre de 2008 e o terceiro trimestre de 2009, uma redução que passou de 203 para 111 dias, recusando também as críticas da oposição de falta de transparência.

O titular da pasta das Finanças lembrou aos partidos da oposição que “toda a informação está publicada”, relativa às despesas do Estado.

Frisou ainda que o Governo continua a efectuar as neces-



sárias transferências para a Segurança Social, tendo em vista, como adiantou, “apoiar as muitas solicitações ao nível das despesas sociais”, substancialmente acrescidas “em virtude da crise económica e financeira internacional”.

Contudo, para além dos reforços financeiros dirigidos ao sector da Segurança Social, o ministro precisou ainda o esforço financeiro que o Executivo está a dirigir quer para a Acção Social Escolar, quer para o Serviço Nacional

de Saúde, e referiu, por outro lado, o aumento salarial dos funcionários públicos em 2,9%, medidas que “traduzem um aumento da despesa corrente do Estado”, sem contudo “ter havido uma ultrapassagem dos limites autorizados”. R.S.A.

Elza Pais juntou 40 mulheres para debaterem a igualdade de género

REUNIR 40 mulheres de diferentes gerações e de diversas áreas da actividade em torno dos “desafios que se colocam à afirmação dos direitos das mulheres e à igualdade de género em Portugal” foi o ponto de partida para um almoço organizado pela secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, no passado dia 14 de Dezembro, no Chapitô, que contou com a presença de Maria Barroso, Maria Antónia Palla, Maria Belo, Ana Sara Brito, Fernanda Câncio, Teresa Ricou, Inês Pedrosa, Irene Pimentel, Sofia Branco, Maria Helena Correa, Maria José Magalhães e Manuela Tavares, entre outras.

Na iniciativa foram debatidos o empreendedorismo feminino, a conciliação entre a vida familiar e profissional e as mulheres na tomada de decisão, com intervenções de várias das presentes.

Elza Pais pôs a tónica da sua intervenção na ideia de que “os desafios que se colocam às gerações vindouras não serão certamente menos do que os que se colocaram anteriormente”, apelando ao cruzamento de experiências e ideias intergeracional “para podermos em



conjunto reflectir sobre as medidas e acções ainda necessárias para implementar as políticas já definidas, uma vez que temos aqui presentes pessoas que já lutaram muito pela afirmação dos direitos das mulheres e pela igualdade de género em Portugal”.

Salientou ainda que estão em curso projectos de intervenção, em articulação com ONG e com associações empresariais para mudança de valores, ao nível da promoção da conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal, e ao nível do empreendedorismo feminino e combate à violência de género

e violência no namoro, que muito poderão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Maria Barroso afirmou, por seu turno, que “as mulheres devem estar em posições de igualdade em todos os postos, em número igual” referindo-se à representação das mulheres em carreiras como a magistratura ou o corpo diplomático.

Já Inês Pedrosa defendeu que “os desafios ainda são muito grandes, porque se conquistou a igualdade entre homens e mulheres na lei, mas não é uma prática nem nas sociedades ocidentais nem em Portugal”.

Por sua vez, Maria Antónia Palla salientou a importância do feminismo na conquista de vários direitos das mulheres, como o direito de todas as mulheres ao voto a partir de 1974.

As expectativas face à criação da Secretaria de Estado da Igualdade e a importância deste dossiê para combater as discriminações que persistem na sociedade portuguesa e ainda a questão da visibilidade e da promoção da participação das mulheres como princípio de cidadania estiveram no centro das intervenções de Manuela Tavares e Maria José Magalhães.

Fazendo a ponte com as inquietações que se apresentam à nova geração, a jornalista Sofia Branco acrescentou as novas linhas de reflexão feminista que deram origem ao movimento Colectivo Feminista.

No final do almoço houve ainda tempo para que um grupo de alunos do Chapitô colocasse questões específicas às participantes, dando assim oportunidade a estes jovens de explorar uma matéria que não está visível nos manuais escolares.

Novo curso de Medicina abre na Universidade de Aveiro

AO CRIAR um curso de Medicina na Universidade de Aveiro (UA), o Governo do Partido Socialista deu mais um passo para corrigir o “erro histórico” que constituiu o desinvestimento na formação de médicos, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhando que este projecto de consórcio entre a UA e Universidade do Porto recebeu o parecer positivo de uma comissão científica independente internacional.

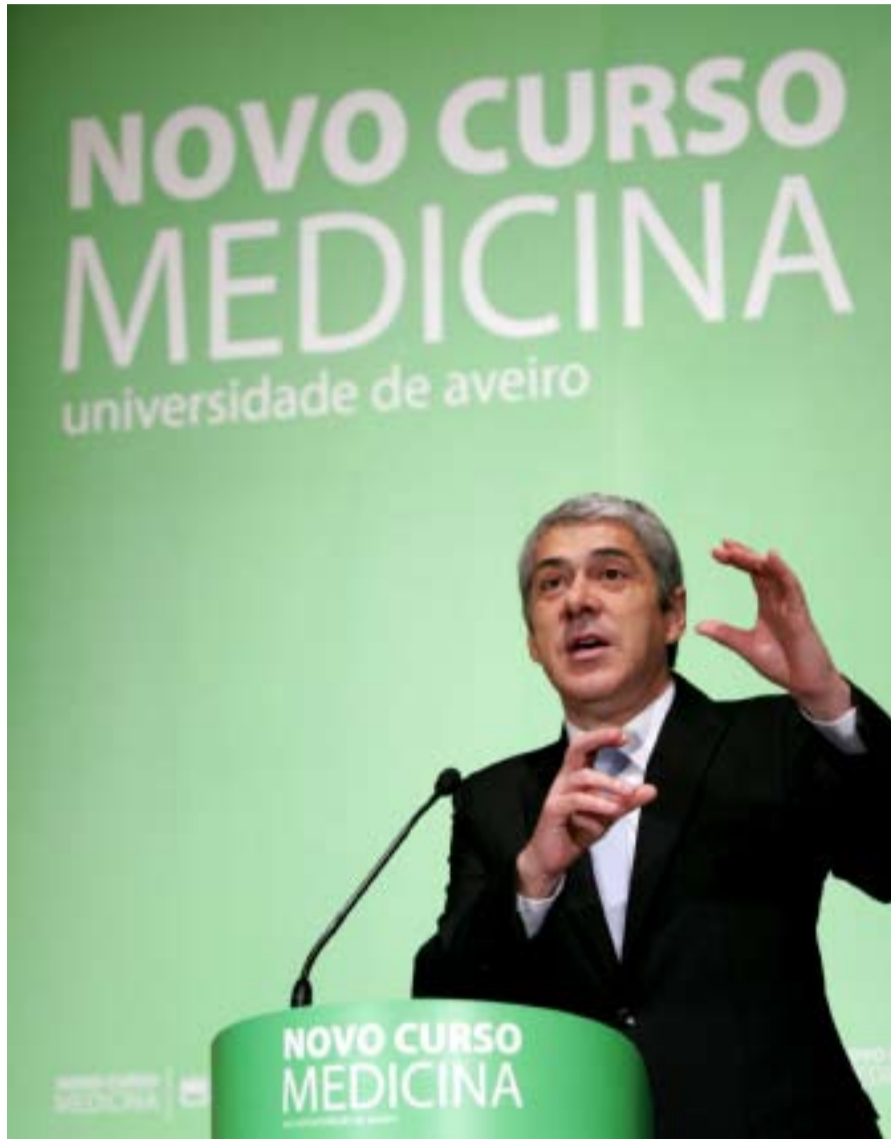
Ao intervir durante a cerimónia de criação do novo Curso de Medicina da Universidade de Aveiro, Sócrates fez referência à falta de médicos em Portugal e destacou o facto deste curso ser inovador ao juntar duas universidades, uma situação que – venceu – “só é possível graças às alterações que foram feitas ao modelo jurídico das instituições do ensino superior”.

Lembrou igualmente o “carácter inovador do curso” da UA, no que diz respeito ao seu requisito essencial para os candidatos: a posse do grau de licenciatura.

Este foi também um aspecto sublinhado pelo ministro do Ensino Superior, Mariano Gago, a quem coube a apresentação pública do curso, o nono de medicina no nosso país, com duração de quatro anos e a arrancar em 2011.

O número de admissões no primeiro ano, adiantou, será de 40 alunos e gradualmente irá aumentando até atingir 120 por ano.

Na ocasião, o governante fez notar que este modelo de formação em Medicina é já seguido no curso do Algarve e usado em países como a Inglaterra e Estados Unidos da América, adiantando que serão criados novos cursos nesta área em Portugal, até porque o reforço da formação médica, “em quantidade e em qualidade”, é uma das prioridades do Governo.



“Hoje, em todo o mundo, generalizou-se a necessidade de termos dois tipos de cursos de Medicina: o tradicional, de estudantes que terminam o ensino secundário e fazem um curso de Medicina de seis anos, mas, em alternativa, há cursos de Medicina mais curtos, normalmente de três ou quatro anos, destinados a pessoas que tenham tido um primeiro ciclo de formação de outra área”, declarou o ministro, adiantando ter-se verificado ser de “enorme importância” formar “profissionais maduros

e com outras competências”.

Na cerimónia de formalização de criação do Curso de Medicina da Universidade de Aveiro, Mariano Gago venceu ainda que este “não é mais um curso, mas antes uma resposta a um paradigma de formação de médicos que vão ter competências noutras áreas”, apontando como igualmente inovador que “o primeiro consórcio entre duas universidades permita que Aveiro dê formação em áreas em que é especialista e a Universidade do Porto faça o mesmo nas

áreas onde mais se destaca”.

Por sua vez, a ministra da Saúde, Ana Jorge, defendeu que uma das medidas para contornar o problema da falta de médicos é a criação de mais cursos, recordando que as vagas para este curso nas universidades portuguesas cresceram 40% nos últimos cinco anos, em grande parte devido aos novos cursos de Beira Interior, Minho, Algarve e agora Aveiro.

“Estamos a formar uma nova geração de clínicos”, disse, acrescentando de seguida que as universidades nacionais manifestaram interesse em acolher alunos portugueses a estudar medicina no estrangeiro, de modo a que estes possam terminar o seu curso em Portugal.

“Todos os que queiram regressar no fim do curso en-

tram como os outros médicos e nós contamos com eles para a criação das especialidades e para o ingresso no internato médico”, afirmou, classificando depois a criação do Curso de Medicina na Universidade de Aveiro como “uma boa notícia para o Serviço Nacional de Saúde”.

De referir, finalmente, que a formalização da criação deste novo curso de Medicina aconteceu durante a cerimónia do 36.º aniversário da Universidade de Aveiro. M.R.

RESPOSTAS SOCIAIS PRECISAM DAS AUTARQUIAS E DA SOCIEDADE CIVIL

O ESFORÇO conjunto e concertado entre Governo, autarquias e sociedade civil é “fundamental” na resposta às necessidades dos mais desfavorecidos, afirmou a ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, no dia 20 de Dezembro, em Celorico da Beira (Guarda), durante a inauguração do Lar de Idosos de Santa Rita, da Associação de Melhoramentos, Cultural e Desportiva com Protecção à Infância e Terceira Idade de Vila Boa do Mondego.

“São, de facto, as estruturas locais, a administração local e também as organizações da sociedade civil que sabem identificar melhor as necessidades que existem e podem, juntamente com o Governo, através de programas existentes, programar aquilo que é mais adequado às necessidades”, afirmou a governante.

Refira-se que o Lar de Idosos de Santa Rita, que acolhe oito utentes e possui sete funcionários, custou cerca de 220 mil euros e foi participado com 133 mil pelo Programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, cujo objectivo é consolidar e desenvolver a rede de equipamentos sociais para crianças, idosos e deficientes.

Na ocasião, Helena André sublinhou que o PARES é um programa “que o Governo lançou e que vai continuar”, tendo sempre em atenção “a necessidade de dar respostas localizadas, não sobredimensionar, mas sim responder às capacidades reais existentes no terreno”.

E lembrou que “há muitos distritos do país que sofrem do envelhecimento das populações”, considerando “importante” que o Governo, as autarquias e as instituições com responsabilidades na área tratem “de criar as melhores condições para que esse envelhecimento se faça com muita dignidade e com muita qualidade”.

A ministra destacou que os novos equipamentos sociais criam postos de trabalho e contribuem para “a fixação de jovens” nos distritos do interior.

Sócrates satisfeito com êxito do Novas Oportunidades

QUATRO anos volvidos desde o seu lançamento, o programa Novas Oportunidades é “um êxito”, garantiu o primeiro-ministro, José Sócrates, apontando a diversificação de oferta de formação como o caminho a seguir no futuro.

Ao destacar o “êxito que o programa teve”, Sócrates considerou que a iniciativa atingiu o objectivo de “criar um movimento” na sociedade “com base na ideia” de que “é preciso mais qualificações” para a igualdade social e para uma economia de sucesso.

Esse movimento, que “se baseou na ideia de que era preciso mais ofertas para as pessoas completarem



as suas qualificações”, considerou, “criou uma profunda reforma na escola, nas autarquias, nas empresas e no IEFP [Instituto de Emprego e Formação Profissional]”.

Intervindo no encerramento do III Encontro do Programa Novas Oportunidades, que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa, José Sócrates destacou ainda a adesão de “mais de um milhão de portugueses” à iniciativa.

E adiantou que o próximo ciclo do programa deve seguir o caminho da diversificação das ofertas, para ir ao encontro das necessidades dos portugueses interessados em aumentar as qualificações.

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS eleito pelo círculo de Braga

Um aparte é uma coisa já consagrada, um insulto é outra – e MJNP não sabe distinguir um do outro, revelando, também aqui, a sua malcriadez

AS RAZÕES DA ACALORADA DISCUSSÃO ENTRE OS DEPUTADOS RICARDO GONÇALVES E MARIA JOSÉ NOGUEIRA PINTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SÓ QUEM não está por dentro dos dossiês e não tem a preocupação de acompanhar as situações é que terá o atrevimento de dizer que os novos hospitais que estão a ser construídos ou projectados para o país, nomeadamente no distrito de Braga, com o novo hospital da capital do distrito em fase adiantada de construção, e os de Fafe e de Barcelos já programados, não fazem falta. Na área da Saúde, é incontornável o que se tem feito com âncora nos governos do Partido Socialista e continuará a ser feito. A questão dos hospitais esteve no fulcro do que se passou recentemente na Comissão Parlamentar de Saúde na Assembleia da República. A deputada Maria José Nogueira Pinto (MJNP) demonstrou um grande desconhecimento da realidade nas suas afirmações. E depois, confrontada com a realidade dos factos, enveredou pelo insulto fácil mas verdadeiramente desprestigiante para si própria e para a Assembleia da República. Eu também exagerei na resposta mas não fui eu que comecei. MJNP estava a iniciar a sua primeira intervenção numa reunião que durou cinco horas, portanto eu não a podia ter interrompido mais vezes porque era a primeira vez que a deputada estava a falar. Essa primeira intervenção foi para a deputada dizer que os novos hospitais não fazem falta porque temos hospitais a mais e que faltam, sim, mais protocolos com entidades como as misericórdias, nomeadamente em termos de cuidados continuados. A minha intervenção nessa altura, como aparte, foi no sentido de dizer que MJNP não percebia nada do que estava a falar, porque os novos hospitais fazem falta e destinam-se a substituir os actualmente existentes, que estão velhos e ultrapassados o que, de resto, foi confirmado pela ministra da Saúde na Comissão. Só que, aí, saltou a tampa a MJNP reconheço que sou um contestatário por natureza, mas também me dizem que a deputada passando algum tempo sem fumar, como era o caso, estava há três horas sem fumar, entra em carência e tem ataques de fúria deixando conhecer a sua verdadeira natureza de malcriadez encapotada.

Os novos hospitais – Braga, Fafe, Barcelos – possibilitarão a devolução dos actuais às misericórdias. Braga será um grande hospital universitário com 700 camas. E os hospitais de Barcelos e Fafe são hospitais de proximidade, onde as cirurgias de ambulatório e as consultas assumem grande importância. Ou seja, o que MJNP disse não tem lógica. Fazendo a hermenêutica da intervenção de MJNP, se a deputada tivesse dito que os hospitais que temos, apesar de velhos e ultrapassados, servem para o nosso povo, isso seria a sua maneira de pensar. Mas com lógica. Só que MJNP falhou redondamente no seu trabalho de casa. Tudo isto demonstra que o que alguns jornalistas escreveram não passa de inverdades sem fundamento, que nada têm a ver com a realidade. Até porque é fácil perceber que nunca ninguém conheceu grandes tomadas de posição de MJNP para a política portuguesa – aliás, por onde tem passado tem deixado um rasto de polémica e arrogância. Agora, voltou a acontecer. Tentou ser ministra da Saúde de

um hipotético Governo de Manuela Ferreira Leite, ficou sem apoio quando tentou ser presidente da Comissão Parlamentar da Saúde, idem aspas como coordenadora dentro do PSD – e a tampa saltou-lhe à primeira contrariedade.

É preciso, também, desmistificar a questão – tão falada – dos apartes. Pouca gente sabe, por exemplo, que há funcionários na Assembleia da República única e exclusivamente para registar os apartes dos parlamentares. Veja-se, ainda, o caso do líder da bancada do PCP, Bernardino Soares, que também pertence à Comissão de Saúde, foi por causa de um dos seus apartes que um ministro (Manuel Pinho) se demitiu. Um aparte é uma coisa já consagrada, um insulto é outra – e MJNP não sabe distinguir um do outro, revelando, também aqui, a sua malcriadez.

Na Comissão Parlamentar da Saúde tive, aliás, oportunidade de questionar – e ainda antes da intervenção de MJNP – o Governo na pessoa da ministra Ana Jorge sobre questões pertinentes e mesmo incómodas. Por um lado, questionei sobre os atrasos nos exames em laboratórios convencionados, dando como exemplo a clonoscopia caso grave se atendermos a que tem que haver mais rapidez e, ainda, que não pode haver discriminação entre doentes que ali afluem pelo SNS ou que lá vão particularmente. Por outro lado, questionei sobre se o Governo não pode contratar médicos reformados directamente, em vez de os contratar através de empresas de recursos humanos, o que tem inúmeras implicações. A sra. ministra respondeu-me com toda a sua competência e preocupação em encontrar soluções para estes problemas como tem sido seu apanágio.

Esta minha maneira de estar no Parlamento – e mais ainda dentro do Grupo Parlamentar do PS – sempre se manteve de há muito e é mesmo reconhecido que sou dos deputados que mais intervenções produzem a nível do Grupo e dentro do PS, muitas vezes tecendo críticas (e o tempo tem-me dado razão em muitas delas). Por isso, que ninguém espere que eu vá defender projectos e medidas políticas com as quais não estou de acordo. Hoje, o país está numa situação complexa e fui dos que sempre alertei para isso. Além do mais, em todas as críticas que fiz internamente, apresentei soluções alternativas – e mais uma vez o tempo está a dar-me razão. E muitas dessas sugestões foram inclusivamente transformadas em requerimentos e projectos de resolução.

Gostava de realçar que sempre defendi a livre escolha do hospital por parte dos utentes, sem serem obrigados a irem para hospitais onde não sintam total segurança. E a construção do novo hospital universitário de Braga, como único hospital central do Minho, fica com condições para se poder continuar a lutar pela liberdade de escolha do hospital por parte das pessoas. Claro está se houvesse liberdade de escolha para todos os minhotos os habitantes do distrito de Viana do Castelo também podiam escolher o hospital de Braga, e a liberdade de escolha e a concorrência mesmo entre instituições do Estado aumenta a qualidade de prestação de serviços.

GP/PS quer grupo de trabalho sobre produtos tradicionais

A BANCADA do PS na Assembleia da República pretende que seja criado um grupo de trabalho sobre produtos tradicionais. A proposta foi feita pelo deputado Miguel Freitas, desafiando os partidos da oposição para um debate de urgência sobre a Política Agrícola Comum (PAC).

Durante a intervenção que fez no debate do agendamento postestativo do CDS sobre agricultura, Miguel Freitas defendeu que o futuro da agricultura passa também por “ligações à economia local”, uma vez que há espaço para “mercados de proximidade” e nichos de mercado.

São “oportunidades de diferenciação que importa considerar já no curto prazo”, uma matéria que, para o PS, justifica a criação de um grupo de trabalho sobre “produtos tradicionais e modelos de certificação de qualidade”, associado às comissões parlamentares de Agricultura e Assuntos Económicos, Inovação e Energia.

Por outro lado, Miguel Freitas vincou ser necessária uma “discussão séria sobre o futuro da PAC, legitimada pela remuneração de serviços à sociedade e justa na distribuição do



apoio aos rendimentos dos agricultores europeus”.

“Tenho a certeza que este Parlamento estará disponível para um grande debate de urgência sobre as questões de futuro da política agrícola nacional e comum. Desafio os partidos para que em conjunto possamos discutir esta questão de forma séria, que é central para o desenvolvimento do nosso país”, sublinhou.

Depois, Miguel Freitas refutou as críticas da oposição sobre as políticas para o sector implementadas pelo Governo PS, exemplificando com várias medidas de apoio aos agricultores.

O Executivo – descreveu o deputado socialista – pagou “a tempo e horas todas as ajudas directas possíveis, num valor superior a 400 milhões de euros”.

Outras medidas passaram pelo reforço, em 25 milhões de euros, da

linha de crédito para as pequenas e médias empresas na agro-indústria, a criação de um apoio exclusivo de 50 milhões de euros para o sector, disse o deputado.

E adiantou que o Executivo “vai apoiar a electricidade verde” e está “a ponderar benefícios fiscais a apresentar no próximo orçamento de Estado”.

No universo do leite de vaca, referiu ainda, “o mais afectado pela relação preço/custo de produção”, e com um universo de 9.978 produtores, cada produtor recebeu este ano uma média de 3.307 euros em apoios, e, no próximo ano, vai receber 4.683 euros, o que representa um aumento de 41,6%.

“Não será por falta de dinheiro público que não avançarão todos os apoios à agricultura portuguesa”, concluiu Miguel Freitas.

Paulo Pisco recebe medalha da cidade de Nantes

A COMUNIDADE portuguesa residente em Nantes está bem integrada e é bem vista pelas autoridades locais, disse o deputado do PS pela Europa, Paulo Pisco, na cerimónia em que recebeu a medalha desta cidade francesa, atribuída pela vice-presidente da Câmara, Marie Françoise Clergeau.

“Não tenho notícia de haver problemas com a comunidade portuguesa em Nantes. Está bem integrada, vive em perfeita harmonia com as outras comunidades e pude constatar que tem um enorme reconhecimen-



to por parte das autoridades locais”, disse o deputado socialista na equência da visita que realizou àquela cidade nos dias 12 e 13 de Dezembro.

No âmbito da visita, Paulo Pisco teve encontros com dirigentes associativos, a quem incentivou a realizarem

algumas mudanças.

“O movimento associativo de Nantes é extraordinariamente dinâmico, mas disse-lhes que deveriam abrir-se a outras comunidades. O associativismo português não pode ser fechado”, defendeu.

Paulo Pisco esteve ainda reunido com a vice-cônsul de Portugal em Nantes, Rosa Maria Ribeiro, e esteve presente numa cerimónia de homenagem ao ex-vice-cônsul Antero Aires.

Na região de Nantes residem oficialmente 38 mil portugueses.

Dulce Pássaro, ministra do Ambiente e Ordenamento do Território

“Portugal é hoje uma referência no campo das energias renováveis”

Embora “manifestamente insuficientes” os resultados da Cimeira de Copenhaga vão “mais de encontro aos interesses de Portugal do que a ausência de qualquer acordo”, considera a ministra do Ambiente e Ordenamento do Território. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Dulce Pássaro sublinha que o nosso país “é hoje uma referência em ascensão no campo das energias renováveis”, graças ao “impulso ímpar” e “imparável” dado pelos governos do PS que apostaram num novo paradigma de desenvolvimento sustentável, que acarreta “oportunidades imensas de inovação, de avanços tecnológicos, de emprego e de investimento”.

Sendo Portugal um dos países mais afectados pelas alterações climáticas é por isso também maior o seu interesse no acordo de Copenhaga?

Sem dúvida. Os relatórios científicos internacionais indicam de facto que somos um dos países da Europa que mais podem sofrer com as alterações climáticas. A janela de oportunidade para agirmos está-se a fechar e os próximos dez anos serão decisivos. Se não conseguirmos a breve trecho operacionalizar um acordo que reduza as emissões globais de gases com efeito de estufa, a temperatura média global poderá aumentar mais do que 2 graus centígrados até ao final do século. Pode parecer pouco, mas um tal aumento de temperatura média acarretará mudanças radicais no clima do planeta, com consequências indesejáveis diversas causadas pelos padrões de temperatura, por fenómenos climáticos extremos ou pelo degelo das calotes polares. Os custos económicos da inacção poderão ascender a 20% do PIB global, enquanto o financiamento do combate às alterações climáticas está estimado em apenas 1%. Tudo apela, pois, a que se possa converter o relativo insucesso da Cimeira de Copenhaga no sucesso de, em 2010, se alcançar um acordo vinculativo global. A nossa visão é a de que o significado último das alterações climáticas é o carácter insustentável do desenvolvimento a nível global. Este será sem dúvida um tema preponderante durante todo o século XXI.

O acordo alcançado vai a encontro dos interesses de Portugal?

O Acordo de Copenhaga, embora algo decepcionante, não deixa de ser um passo na direcção certa, no sentido em que não fecha a porta à negociação de um acordo vinculativo daqui a um ano, e em que envolve todos os actores principais. A reentrada

dos Estados Unidos na busca construtiva de um acordo internacional, e a definição dos montantes de apoio financeiro aos países mais carenciados são também aspectos positivos. Contudo, o nível de ambição atingido ficou muito aquém das expectativas de Portugal e da União Europeia. Foi muito frustrante assistir ao bloqueio das negociações por vários países em desenvolvimento durante a maior parte da conferência, e a falta de ambição das grandes economias emergentes nas negociações a nível de chefes de Estado e de Governo.

Por exemplo, a União Europeia não conseguiu que os países emergentes aceitassem a sua proposta de uma meta global de corte de emissões de 50% em 2050, em relação a 1990. Apesar disso, estávamos dispostos a aprovar uma meta só para os países desenvolvidos de 80% de corte de emissões em relação a 1990, para 2050, mas até esta meta foi eliminada do acordo de Copenhaga pelos países emergentes, com receio de que isso implicasse indirectamente metas para eles. A União Europeia bateu-se para que o Acordo de Copenhaga previsse explicitamente que o futuro acordo climático, que será negociado nos próximos meses, fosse juridicamente vinculativo. Este princípio foi aceite pela maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas foi bloqueado pela China.

Durante as negociações, nenhum país pediu à União Europeia que aumentasse a sua meta de redução de emissões em 2020 dos 20% já prometidos para 30%. Só dentro da União é que alguns Estados-membros sugeriram que avançássemos já para os 30%. A única dimensão em que os países em desenvolvimento conseguiram mostrar ambição foi nos montantes de apoios financeiros a si próprios. Os Estados Unidos também apresentaram objectivos pouco ambiciosos, uma vez que ainda há incertezas sobre a decisão



do Senado sobre legislação interna nesta matéria.

Assim, embora manifestamente insuficiente, vai mais de encontro aos interesses de Portugal do que a ausência de qualquer acordo.

Qual é o ponto da situação quanto ao cumprimento dos compromissos nacionais relativos ao Protocolo de Quioto?

Podemos dizer com cada vez mais propriedade que Portugal cumprirá os seus compromissos de Quioto. Quando o PS chegou ao poder em 2005, as emissões nacionais estavam 21 pontos percentuais acima da nossa meta de Quioto. Em 2006 baixaram para 14 pontos. Em 2007 para 9 pontos. A estimativa ainda em afinação para 2008 é de menos de 6 pontos acima da meta. Para o período de cumprimento, que vai de 2008 a 2012, admitimos por prudência ficar em média cerca de 5% acima da meta. A prudência

prende-se com o facto de haver dois factores de incerteza: o grau em que venha a ser usada a reserva para novas unidades emissoras que entrem no sistema de comércio de emissões, e o grau em que os nossos solos e florestas actuem como sumidouros de CO₂. Mas é possível que consigamos baixar ainda mais o nosso défice de carbono.

Em qualquer caso, já de há muitos anos se sabia que Portugal - aliás como a maioria dos países com metas de redução - teria de recorrer aos chamados mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, através dos quais o Fundo Português de Carbono poderá investir em reduções de emissões em países terceiros, contando-as a seu favor. Esse é um método inteiramente legítimo de cumprir as metas de Quioto, ao contrário do que muitos querem fazer crer. E para o planeta tanto dá uma tonelada de carbono reduzida em Portugal

como em qualquer outro país.

O que é um facto indesmentível é que as emissões de gases com efeito de estufa não têm feito outra coisa senão reduzir-se durante a governação socialista. Seria absurdo não admitir que a crise económica possa ter contribuído para isso, mas seria igualmente absurdo não reconhecer que houve um conjunto de políticas, nomeadamente as de energias renováveis e eficiência energética, que também deram um forte contributo.

Qual o custo para Portugal, no que se refere aos investimentos previsíveis pelo Fundo Português de Carbono (FPC)?

Quando o FPC foi criado, foi previsto vir a dotá-lo de cerca de 350 milhões de euros até 2012. O ritmo de abastecimento do Fundo sofreu de atrasos conhecidos, que fizeram com que, até 2009, recebesse pouco mais de 100 milhões,

em vez dos pouco mais de 200 milhões que estavam previstos até essa data. O montante disponível tem sido usado eficazmente para aquisição directa de créditos de carbono, para investimentos noutros fundos de carbono, e para apoio a projectos no país capazes de reduzir emissões a preço competitivo e de forma adicional às medidas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas. Neste momento, graças à tendência consistente de redução das emissões nacionais, as necessidades totais do Fundo de Carbono para assegurar o cumprimento de Quioto estimam-se entre 200 e 300 milhões de euros. Mas faço notar que estes custos são também oportunidades de investimento nacional, com vantagens potenciais para as nossas empresas de tecnologias limpas.

Para cumprir os futuros compromissos nacionais do período pós-Quoto, estará Portugal em condições de os atingir única e exclusivamente através da redução da emissão de CO₂, ou terá igualmente que recorrer ao Fundo Português de Carbono?

Ainda é cedo para se saber exactamente, mas tudo faremos para recorrer o mais possível a reduções de emissões nacionais por adopção de medidas internas. Suceda o que suceder ao Acordo de Copenhaga, a política climática europeia já está hoje definida. A UE mantém a sua meta de reduzir emissões em 20% até 2020, em relação a 1990, conforme o acordado no chamado Pacote Energia-Clima aprovado há um ano. A contribuição de Portugal para esse objectivo ficou assim definida desde Dezembro de 2008, quer para a redução de emissões, quer para a penetração das energias renováveis. A rapidez de operacionalização de várias políticas já hoje em curso será um factor determinante. Dois exemplos são a promoção da energia eólica, solar e hídrica, e a adopção de veículos eléctricos para transporte individual.

As nossas metas do Pacote Energia-Clima são exigentes, mas estão ao nosso alcance. Exigem que tenhamos sucesso nas várias medidas do Plano Nacional para as Alterações Climáticas, do Plano Nacional para a Eficiência Energética, e nas energias renováveis. Mas naturalmente que será prudente, e mesmo indispensável, manter activo e abastecido o Fundo Português de Carbono até pelo menos 2020, para nos oferecer uma margem de segurança, e também para garantir o financiamento da nossa quota-parte da política internacional para o clima, conforme o espírito do Acordo de Copenhaga. O futuro leilão das licenças de emissão referentes aos sectores abrangidos pelo comércio europeu de licenças será uma oportunidade para abastecer devidamente o Fundo Português de Carbono.

O aquecimento global terá sobretudo efeitos ao nível ambiental e económico. Ainda



“Estou convencida que Portugal irá caminhar em direcção à sustentabilidade, à independência e à segurança energética, precisamente através das energias renováveis e do combate às alterações climáticas”

estamos a tempo de minimizar os inevitáveis impactos?

Em Portugal, para além de nos batermos por políticas nacionais e internacionais de redução de emissões, teremos que nos adaptar, como sociedade, a um clima diferente, com fenómenos climáticos mais extremos. De alguma forma Portugal já sofre hoje de fenómenos que estão diagnosticados como indo ser mais frequentes por via das alterações climáticas, como a erosão costeira por subida do nível do mar, cheias de calor, fogos florestais, cheias ou secas mais frequentes. É por isso que está em fase final de aprovação a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que esteve em discussão pública, e que define uma abordagem operacional a alguns dos principais sectores que poderão ser mais afectados, como os recursos hídricos, a agricultura, o turismo, ou a saúde pública. Esperamos ter esta Estratégia aprovada em breve, e esperamos que ela sirva para levar ao planeamento sectorial uma atenção particular à minimização dos impactos das alterações climáticas entre nós.

Qual a política do Governo no sector das energias renováveis e a sua importância o novo paradigma de desenvolvimento sustentável?

O PS fez a aposta certa quando decidiu empreender com convicção o caminho das energias renováveis e da eficiência energética. De há muito que se falava de energias renováveis, mas durante muitos anos era do lado do ambiente que se encontravam os seus defensores, perante muito descrédito do lado da economia e da energia clássica. Foi graças a saber pressentir o significado das alterações climáticas, mostrando o rumo de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, que o PS e os seus

governos imprimiram um impulso ímpar, e a meu ver imparável, de transição para as energias renováveis. Além disso, esta transição acarreta oportunidades imensas de inovação, de avanços tecnológicos, de emprego e de investimento. A política para as energias renováveis é hoje estrutural na sociedade portuguesa, e é certamente filha da política de combate às alterações climáticas. Se não tivéssemos tido as exigentes metas de Quioto que temos, não teríamos atingido esta invejável situação de estarmos à beira dos 45% de electricidade de fontes renováveis. O Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território é certamente um dos fautores e apoiantes activos da política de promoção das energias renováveis.

Carro eléctrico e rede nacional de abastecimento foram apresentados como sendo fundamentais tanto para o ambiente como para a economia. Portugal posiciona-se assim na linha frente da economia verde?

O mais possível. O programa para a mobilidade eléctrica é outra aposta que o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território apoia desde a primeira hora, e que considero fundamental para construir precisamente aquilo de que o mundo precisa, na sequência da crise económica global: uma nova economia verde, feita em bases sustentáveis. Os transportes e a mobilidade em geral são uma das áreas mais carentes de sustentabilidade, e a opção eléctrica é a aposta certa. Portugal vai estar preparado muito em breve com uma rede nacional de abastecimento para carros eléctricos, e vai dispor de carros eléctricos de gama familiar a preços competitivos num par de anos. Com isto conseguirá, além de menos emissões do sector dos transportes, mais qualidade do

ar, menos ruído nas cidades, mais qualidade de vida para os cidadãos. E ainda trará investimentos, fábricas de baterias e emprego para os portugueses. Decididamente, uma grande aposta em que se envolveu directamente o primeiro-ministro José Sócrates.

A construção das dez novas barragens tem um forte impacto ambiental mas, por outro lado, permite que Portugal passe depois a aproveitar melhor o seu potencial hídrico para fins energéticos. Enquanto ministra do Ambiente como compatibiliza estes interesses conflitantes?

Qualquer pessoa que domine os assuntos ambientais entende as duas faces do dilema: as barragens são indispensáveis para o armazenamento de água para fins diversos, incluindo a produção hidroeléctrica, mas, ao mesmo tempo, as barragens implicam impactos ambientais, com o sacrifício do território por elas submerso. Entendo que o anterior Governo do PS enfrentou o dilema da forma certa, elencando as 25 barragens de maior potencial hidroeléctrico, submetendo-as a uma avaliação ambiental estratégica, e em função disso escolhendo as 10 com melhor relação entre ganhos e sacrifícios, e rejeitando as restantes 15, independentemente do seu potencial. A resolução do dilema que refiro, no que se refere à concretização ou não de cada uma das barragens em causa, tem ainda outra etapa que considero fundamental: a avaliação de impacto ambiental, já não a nível estratégico, mas a nível de cada projecto em concreto. E para mim é muito simples: embora a avaliação de impacto ambiental sirva antes de mais para fazer melhores projectos, ela serve também para identificar e rejeitar projectos em que os sacrifícios ambientais se sobreponham aos benefícios. Se

nalgum projecto isso porventura se verificar, não terei hesitação em o rejeitar. Mas é minha convicção que o processo de selecção das novas barragens diminui a probabilidade de tal acontecer. A busca da melhor compatibilização de interesses conflitantes, de resto, é uma tarefa quase constante da parte do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Do seu ponto de vista, qual o contributo de Portugal neste vasto campo do ambiente, das energias renováveis e do desenvolvimento sustentável do planeta?

Portugal é hoje uma referência em ascensão no campo das energias renováveis, por ser como é um dos países com maior crescimento das mesmas, apostado em as explorar em todas as vertentes, seja água, vento, sol, ondas, biomassa, biogás ou geotermia. Não devemos desconsiderar o poder do exemplo neste campo, nem o poder da cooperação internacional através destes domínios. Por outro lado, Portugal deu um contributo reconhecido na política global para as alterações climáticas, ao ter sido um actor fundamental para se alcançar o chamado Roteiro de Bali, na Cimeira que teve lugar em 2007, quando Portugal detinha a presidência da União Europeia. Estou convencida que Portugal irá caminhar em direcção à sustentabilidade, à independência e à segurança energética, precisamente através das energias renováveis e do combate às alterações climáticas. O seu papel para o desenvolvimento sustentável do planeta virá do seu exemplo, do seu papel próprio dentro da União Europeia, e das relações privilegiadas que pode ter neste domínio com os países da CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Jantar de Natal

Secção do PS/Carris mobilizada e dinâmica

A secretária nacional do PS Ana Paula Vitorino exortou os militantes da Secção de Acção Sectorial do PS/Carris a empenharem-se politicamente “no apoio solidário e permanente” ao Governo e ao primeiro-ministro, num momento particularmente complexo “de crise” e “coligações negativas” na Assembleia da República.

J. C. CASTELO BRANCO

PERANTE cerca de 250 militantes, reunidos num jantar de Natal, em Caneças, a dirigente nacional do PS disse ser “importantíssimo” destacar que a Carris “é uma peça fundamental na luta contra as alterações climáticas”, já que, explicou, “uma sociedade melhor do ponto de vista ambiental passa pelos transportes públicos”.

Para Ana Paula Vitorino, “é um orgulho ter camaradas que com a qualidade e empenho que põem no seu trabalho, desde os motoristas, que têm performances elevadíssimas, até aos quadros técnicos e conselho de administração, contribuem de forma decisiva para que a Carris preste à comunidade um serviço de qualidade cada vez melhor”.

E acrescentou que “num sector problemático com o é o dos transportes públicos, a Carris soube encontrar um caminho de sucesso, sendo um exemplo de boas práticas de gestão e de aposta no maior capital, que é o factor humano”.

A dirigente socialista elogiou ainda o Secretariado da Secção pelo “notável trabalho já desenvolvido” e a camarada Custódia Fernandes pela “excelente coordenação” entre as Secções de Acção Sectorial, que são uma peça fundamental para a afirmação do nosso partido no mundo laboral.

Já a deputada Custódia Fernandes frisou que a Secção da Carris “é já, pelas actividades desenvolvidas e crescimento do número de militantes, uma das primeiras secções da FAUL”, acrescentando que “o



coordenador, António Pereira, o Secretariado e os militantes estão, pois, de parabéns pelo trabalho político realizado”.

Por sua vez, o coordenador da Secção, António Pereira, agradeceu a colaboração e empenho dos militantes em diversas acções e

campanhas eleitorais, que tem permitido um crescimento sustentado desta estrutura.

Presente no jantar de Natal em representação do ministro das Obras Públicas, o camarada José Passos congratulou-se com mais esta iniciativa da Secção, revelado-

ra da camaradagem e bom espírito de união entre os socialistas da Carris.

Nesta confraternização de Natal destaque também para a presença, entre outros, dos camaradas Marcos Sá, Susana Amador e Leonor Coutinho.

Socialistas de Faro querem organizar comemorações do Dia de Portugal

OS VEREADORES do PS da Câmara Municipal de Faro manifestaram junto do Presidente da República o interesse em acolher na capital algarvia as próximas comemorações do 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Para os autarcas socialistas, a cidade de Faro e o seu município não só têm todas as potencialidades para poderem organizar um evento com esta envergadura, como já deram mostras suficientes de poderem assumir uma responsabilidade com esta importância.

Uma data que, recordam, representa um dia especial em que os portugueses se concentram sobretudo na sua História e na participação que os portugueses deram ao longo dos séculos para o engrandecimento e progresso do mundo.

Trata-se pois, sublinham os autarcas do PS/Faro, de um dia que merece um destaque especial razão porque em sua opinião se justifica posa ser comemorado em 2010 na cidade de Faro.

Depois de nos últimos anos a efeméride ter tido lugar em vá-



rias cidades capitais de distrito, como Setúbal em 2007, Viana do Castelo em 2008 e Santarém em 2009, os eleitos socialistas defendem que no próximo ano, em 2010, Faro deverá ser o palco destas comemorações do Dia de Portugal.

Salientam que tanto a cidade como o município detêm todas as capacidades logísticas e técnicas para poderem organizar um evento deste tipo, recordando,

a propósito, que foi precisamente em Faro que em 2008 se realizaram as comemorações do Dia do Exército, tendo então ficado demonstrado que a cidade sabe organizar eventos de âmbito nacional. Por tudo isto, os vereadores da Câmara de Faro propõem que seja apresentado à Presidência da República o interesse do município em acolher as comemorações do Dia 10 de Junho de 2010. R.S.A.

JOSÉ LELLO ELEITO VICE-PRESIDENTE DO PARTIDO DOS SOCIALISTAS EUROPEUS

O SECRETÁRIO Internacional do PS, José Lello, foi eleito vice-presidente do Partido dos Socialistas Europeus, no último Congresso do PES, que decorreu em Praga, na República Checa, e que reconduziu o ex-primeiro ministro dinamarquês Poul Rasmussen na presidência da organização que congrega todos os partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas dos países membros da União Europeia.

No congresso participaram também a presidente da delegação portuguesa no Parlamento Europeu, camarada Edite Estrela, que interveio num painel sobre as alterações climáticas e o deputado e director do Departamento Internacional do PS, Paulo Pisco, que foi orador no painel “Por uma Europa progressista”.

Participou também no Congresso do PES como membro da delegação portuguesa a deputada e presidente das Mulheres Socialistas, Manuela Augusto.



OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Se não se actuar, ao nível da governabilidade, dentro do actual sistema, a pressão para se caminhar para alternativas mais radicais irá crescendo

CATÁLOGO DA GOVERNABILIDADE

O NOSSO sistema político de semipresidencialismo (que é, também, correlativamente, um semiparlamentarismo) é amigo de governos minoritários. Pelo menos aparentemente.

A opção da Constituição e da lei por um sistema eleitoral proporcional, tendencialmente perfeito – isto é, em que a conversão de votos em mandatos parlamentares é praticamente directa, resultando bastante aproximada aos pesos reais das votações populares nos partidos concorrentes – permite a representação, na Assembleia da República, das diversas forças políticas, ainda que pequenas, o que tem méritos profundos a vários títulos.

Um sistema eleitoral assim desenhado, numa sociedade aberta, pluralista e mediática, em princípio, não produz sólidas maiorias parlamentares.

É isso que tem acontecido em Portugal.

Em 33 anos de eleições constitucionais apenas ocorreram três (só três!) maiorias de um partido. Sempre assim, daria nove em um século!

Já tivemos o exagerado número de 18 governos, e dos quais só quatro (apenas quatro!) completaram a legislatura.

De entre todos os governos minoritários, apenas um (tão-só um!) durou o período do mandato que lhe compete.

Fora esse, todos os governos minoritários, ou de coligação, caíram.

Portanto, como regra de aplicação do nosso sistema, concluímos: que é muito difícil obter a maioria parlamentar em eleições; que as coligações são impossíveis (vd. caso actual de recusa geral à proposta do PS para entendimentos governativos ou parlamentares) ou, quando raramente se realizam, não se aguentam; e que os governos minoritários têm dificuldade em seguir uma política coerente e não são estáveis.

Afinal onde estão os governos e legislaturas com mandatos de quatro anos que a vontade do país, expressa na lei, pretende?

Se isso não se alcança é porque há uma falha algures.

Já foi notado pelos cientistas políticos que o nosso sistema gera 'elevada instabilidade governativa' mas julgou-se que, de 1987 para cá, tinha sido aberto um novo comportamento do eleitorado... que contrariava a tendência insita no sistema. Contudo, as eleições de 2009 vieram desmentir essa tese e provar a sua inadequação como caracterização sistémica, que é a que interessa, como, aliás, e bem, já começou a reconhecer, André Freire (vd. "Público" de 30 de Novembro de 2009).

Para além de tudo o que se disse acima, olhe-se para os tratos de polé a que o Governo do momento é sujeito todos os dias no Parlamento, some-se a reflexão responsabilizante de Mário Soares (DN, 1 de Dezembro de 2009) e só pode concluir-se pela necessidade de fazer alguma coisa para aperfeiçoar o sistema político no sentido da governabilidade.

É verdade que há uma coerência intrínseca no sistema ao conjugar a proporcionalidade eleitoral com o semi-presidencialismo, o que é uma

das marcas fortes da nossa Constituição.

Certamente antevendo a dificuldade de obter maiorias, o sistema vem facilitar a formação inicial dos governos, partindo da livre nomeação do Presidente da República e não exigindo a votação na Assembleia.

Basta a inacção (a maioria discorda mas ninguém propõe moção de rejeição do programa) e, logo, o Governo é aceite.

Por outro lado, a aprovação de moções de censura carecem de maioria absoluta para serem aprovadas. É uma exigência que também se pretende amiga da estabilidade, dificultando o derrube do Governo, porém com uma exigência fácil de alcançar.

Contudo não se pensou suficientemente bem na governabilidade no decorrer do mandato. Este é que é o ponto que interessa esmiuçar.

A Constituição já contém uma lista de matérias que exigem um consenso largo no Parlamento para serem legisladas, e poderia, agora, acrescentar um catálogo de matérias que fossem um garante de governabilidade.

Por exemplo, deliberações em certas propostas governamentais em matéria de finanças públicas ou na apreciação parlamentar de alguns tipos de decretos-leis do Governo, poderiam ficar sujeitas a uma exigência de maioria qualificada negativa para não passarem.

Inclusivamente, o Governo poderia ter o direito de, por cada sessão legislativa, apresentar duas ou três iniciativas que considerasse essenciais ao cumprimento do seu programa, as quais entrariam na regra defensiva daquela exigência maioritária negativa, admitindo-se aqui, quanto à escolha dessas matérias, uma intervenção fiscalizadora prévia do Presidente da República e do Tribunal Constitucional.

Também poderia ser introduzido o conhecido mecanismo da moção de censura construtiva, em que o Parlamento só pode derrubar um Governo mediante a apresentação de uma alternativa pela positiva.

Mesmo a votação do Orçamento anual do Estado poderia ficar coberta por uma regra desse tipo. A sua rejeição ter de obedecer ao modelo de moção de censura construtiva.

Este tipo de medidas poderia trazer grandes garantias de governabilidade, beneficiando a vida do país, sem modificar o sistema eleitoral e sem alterar a natureza do sistema político.

Se não se actuar, ao nível da governabilidade, dentro do actual sistema, a pressão para se caminhar para alternativas mais radicais irá crescendo, como a de 'martelar' a representação proporcional, alterando o rácio da conversão de votos em mandatos, ou a de introduzir um sistema eleitoral maioritário, círculos uninominais, etc., tudo levando à importação de defeitos novos para dentro de um sistema político formado, na sua complexa globalidade, com outra lógica.

Enfim, digamos como, Victor Hugo, que "Saber exactamente qual a parte do futuro que pode ser introduzida no presente é o segredo de um bom Governo".

PS vence eleições para as Assembleias Metropolitanas de Lisboa e Porto

NA SEQUÊNCIA das eleições para a Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa, realizadas no passado dia 14 de Dezembro, nos 18 municípios desta região, Alcochete, Almada, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, e depois de efectuado o apuramento final da eleição pela comissão eleitoral, os resultados ditaram a vitória do Partido Socialista com 34,5% dos votos.

Dos 520 eleitores inscritos, 465 exerceram o seu direito de voto, tendo o PS recolhido 158 votos, a CDU 136, o PSD 93, o CDS/PP 31, o BE 26, Grupo de Cidadãos eleitores de "Isaltino – Mais Oeiras" 13, e o PPM 7.

A distribuição dos eleitos pela ordem de eleição e mandatos das listas concorrentes ditou que o PS ficou com 20, a CDU com 17, o PSD 11, o CDS/PP 3, o BE igualmente 3, e o Grupo de Cidadãos eleitores de "Isaltino – Mais Oeiras" com 1.

Também na Assembleia Metropolitana do Porto (AMP)

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



do, conseguindo o apoio de 182 dos 436 votantes. Aquele órgão consultivo reúne representantes das assembleias municipais dos 16 concelhos da Área Metropolitana do Porto.

Em comunicado, a Federação do PS/Porto refere que "num universo de 436 votantes a lista do Partido Socialista venceu as eleições com 182 votos, derrotando o PSD, partido que tem mantido a hegemonia na liderança da Área Metropolitana".

A mesma nota salienta ainda que o "Partido Socialista venceu o acto eleitoral nas Assembleias Municipais de Matosinhos, Porto, Santo Tirso, Trofa e Valongo", acrescentando que "existe uma maio-

ria dos partidos de esquerda naquela Assembleia, já que a conjugação de votos do PS, CDU e BE (217) superaram a votação recolhida pelo PSD (172) e CDS (44)".

Segundo o PS/Porto, "esta votação constitui um inequívoco sinal quanto à vontade da maioria dos cidadãos e autarcas dos concelhos que constituem a AMP no sentido de um reforço da participação de todos na construção de uma Área Metropolitana mais coesa, mais solidária e mais atenta àquilo que são os desafios que se colocam no futuro próximo e que passarão necessariamente por uma mais eficaz e coerente gestão dos fundos comunitários ao dispor desta região".

Autarca socialista dirige Comunidade Intermunicipal do Douro



O AUTARCA socialista da Câmara Municipal de Alijó, Artur Cascarejo, foi eleito presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM).

Logo na tomada de posse, anunciou querer aumentar a taxa de execução do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), que actualmente é de apenas 18% dos 105 milhões de euros contratualizados para a região.

Artur Cascarejo que substituiu o autarca de Vila Real à frente deste organismo duriense que engloba 19 municípios, sendo dez dirigidos por socialistas e nove pelo PSD, garantiu que a sua equipa está "absolutamente empenhada" em aumentar a capacidade de execução do QREN na região, apontando prioritariamente para o investimento na construção dos centros escolares.

O recém-eleito dirigem-

te do CIM, organismo que representa uma população residente superior a 220 mil habitantes, lembrou que a comunidade tem para gerir 105 milhões de euros de financiamento do FEDER, no quadro do QREN, verba que foi entretanto negociada e acordada com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN), no âmbito do Plano Territorial de Desenvolvimento do Douro.

Na perspectiva do autarca, a justificação para que até agora tenha havido uma reduzida execução de obra nesta região no âmbito deste programa, deve-se principalmente "não à falta de vontade política ou à ausência de projectos", mas sobretudo "por questões burocráticas e de carácter financeiro".

Para alterar este cenário, Artur Cascarejo propõe, entre outras medidas, que os autar-

cas durienses reivindiquem a criação de uma linha de crédito bonificado e o alargamento dos prazos de 30 para 90 dias no pagamento da contrapartida financeira das câmaras.

Paralelamente, defende ainda a libertação dos investimentos dos fundos comunitários dos limites ao endividamento, porque, como frisou, se tal não acontecer "será praticamente impossível conseguirmos cumprir com todos os projectos que temos para a região".

Quanto às áreas de intervenção, o novo responsável pela Comunidade Intermunicipal do Douro defende sobretudo uma aposta séria e sustentada não só na reabilitação urbana, aspecto que considera prioritário, mas igualmente na política do ambiente e nas acessibilidades. **R.S.A.**

Finanças Regionais

César compara PSD/Açores a empregado de mesa do PSD/Madeira

O PRESIDENTE do PS/Açores, Carlos César, acusou o PSD regional de se comportar como um “empregado de mesa” do PSD da Madeira, numa referência ao apoio cego e contra os interesses dos açorianos que os correligionários de Alberto João Jardim deram à proposta de alteração da Lei das Finanças Regionais na Assembleia da República.

Carlos César recordou que o PS/Açores já tinha “alertado para o significado” da proposta apresentada pela Madeira, criticando a postura do PSD/Açores, que “já estava como um empregado de mesa do PSD/Madeira, pronto para apoiar, logo a dizer que sim”.

Os socialistas açorianos defendem a necessidade imperiosa da Lei das Finanças Regionais consagrar uma discriminação positiva dos Açores, porque, frisam, os custos de um arquipélago disperso por nove ilhas separadas por centenas de quilómetros são superiores ao de um que apenas tem duas ilhas próximas.

Carlos César, que falava no dia 10 em Ponta Delgada, à margem da reunião do Secretariado Regional do PS/Açores, salientou a importância do “alerta” que foi feito pelos socialistas açorianos para a suspensão da votação da proposta de alteração da Lei das Finanças Regionais na Assembleia da República.

Neste processo, Carlos César elogiou a posição assumida no Parlamento pelo PS e pelo PP,



“em consonância e coerência com os seus partidos nos Açores, ao contrário do PCP e do PSD, que, a nível nacional, não ligaram nada às suas estruturas açorianas”.

Prioridade ao combate ao desemprego

E salientou que uma das principais prioridades do PS/Açores para 2010 será o combate ao desemprego, mostrando-se otimista quanto a uma recuperação no próximo ano. “Verificamos que a diversos níveis, designadamente em alguns segmentos da actividade económica, o resultado de

algumas medidas adoptadas pelo Governo Regional tem sido muito positivo e estimamos que, em 2010, já exista uma recuperação da situação ao nível do desemprego”, disse.

Relativamente ao Congresso Regional do PS/Açores, que terá lugar em Fevereiro, na ilha Terceira, Carlos César adiantou que se vai centrar nos problemas do arquipélago “e não no umbigo partidário”.

“Estamos numa fase difícil e os nossos congressos apelam à criatividade, à inovação e à nossa paixão pelos Açores e pelos seus projectos de desenvolvimento”, afirmou.

Economia dos Açores é a que mais cresce a nível nacional

A ECONOMIA dos Açores, segundo números oficiais divulgados pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, é a que mais tem crescido em Portugal.

Dados que vêm confirmar o que sucessivamente desde há mais de uma década se vem a passar, em que o Produto Interno Bruto (PIB) açoriano regista taxas de crescimento positivas, traduzidas num ritmo de desenvolvimento regional igual ou superior aos assinalados a nível nacional.

Com efeito, o PIB açoriano cresceu 2,3% no ano passado, valor significativamente acima dos registados quer na Região Autónoma da Madeira, 0,6%, quer na



região Centro, 0,5%, as outras duas regiões que igualmente indicaram variações positivas.

O presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, que se mostrou satisfeito com esta realidade, frisou que a região continua a “convergir com o restante país e com a União Europeia” e a mostrar um bom de-

sempenho económico, realidade que mais se acentua quando comparada “com as economias que lhe são confinantes”.

Como mostram os dados do Instituto Nacional de Estatística, o PIB açoriano, numa comparação com a outra região insular, registou pelo quarto ano consecutivo um crescimento superior,

o que para Carlos César prova “a boa governação e o sucesso das políticas económicas e financeiras desenvolvidas nos Açores na última década”.

Segundo o INE, nos últimos oito anos, o ritmo de crescimento dos Açores foi sempre igual ou superior aos valores nacionais, facto que permitiu, como também sublinhou o líder do Executivo açoriano, “uma convergência da economia açoriana para a média nacional de 10 pontos percentuais entre 1996 e 2008”.

Carlos César lembrou ainda que os Açores são a única região do país que nos últimos 13 anos teve taxas de crescimento positivas e, em apenas três anos, cresceu abaixo de 1,9%. **R.S.A.**

OPINIÃO



JOSÉ MANUEL RIBEIRO
Deputado do PS

jmribeiro@ps.parlamento.pt

É necessário clarificarmos internamente o que está em causa – transferir poder político de decisão, do Governo para as Regiões e das Autarquias Locais para as Regiões, num conjunto de sectores onde o desempenho dessas funções será melhor exercido pelo novo patamar de decisão

Regionalização SERÁ QUE É DESTA?

O PROCESSO de criação de Regiões Administrativas legitimadas politicamente através do voto directo e universal vai regressar novamente ao “pipeline” da Assembleia da República.

Pelo menos é o que parece, não só pelo facto de ter sido o tema central das Jornadas Parlamentares do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, realizadas em Beja, mas também porque figura na Moção de Estratégia aprovada no último Congresso do partido, submetida ao voto popular que renovou o contrato de confiança dos portugueses connosco.

Ainda bem que assim sucede! Mas será que é desta vez que caminharemos para a instituição em concreto das Regiões Político-Administrativas no território do continente, imperativo constitucional desde 1976?

É certo que ainda é cedo para se vislumbrar como se posicionarão em definitivo as diversas peças neste jogo, desde logo os restantes Partidos com representação parlamentar, apesar da abertura para a realização de nova consulta popular após escolha presidencial.

É certo também que constitui uma condição “sine qua non” a necessidade de concordância do povo com esta opção do país, o que vai exigir uma extraordinária capacidade de esclarecimento das pessoas, sobre o que está verdadeiramente em causa e sobre as razões de fundo para avançarmos para tão profunda revolução.

O Partido Socialista, pela sua história, pensamento e acção, no que diz respeito à descentralização e ao reforço do Portugal moderno e democrático, deve partir para este combate, sem quaisquer reservas e reticências.

Para que tal suceda é necessário clarificarmos internamente o que está em causa – transferir poder político de decisão, do Governo para as Regiões e das Autarquias Locais para as Regiões, num conjunto de sectores onde o desempenho dessas funções será melhor exercido pelo novo patamar de decisão.

Esta discussão mais profunda e qualitativa ainda não foi realizada de forma sistemática no interior do partido, desde a mais pequena Secção à maior Federação, sem prejuízo das várias Moções e Propostas sobre a importância da Regionalização, aprovadas e debatidas ao longo dos anos nos vários Congressos do Partido Socialista.

É tempo dos militantes e dos seus dirigentes lançarem essa discussão interna, sem preconceitos e sem medo de dizerem o que verdadeiramente pensam!

Se assim procedermos estaremos seguramente a dar um enorme contributo para não partirmos derrotados para este combate, que teremos que ganhar em nome de Portugal!

Portugal na linha da frente na luta contra as alterações climáticas

O PRIMEIRO-MINISTRO português garantiu em Copenhaga que Portugal está a trabalhar de forma “empenhada” na luta contra as alterações climáticas.

Para o chefe do Governo de Lisboa, é falsa a questão de que a luta contra o aumento das emissões de gases com efeito de estufa seja um problema a dirimir entre nações pobres e ricas, já que em sua opinião toda esta problemática exige que “os países apostem antes num espírito de solidariedade e de cooperação”.

Para os países em vias de desenvolvimento, que tiveram, entre outros, no Presidente da Bolívia um dos seus porta-vozes, a cimeira do clima em Copenhaga, apesar do reconhecimento geral de que ficou longe dos pressupostos desejáveis no enquadramento de uma verdadeira defesa das alterações climáticas, representou, todavia, um primeiro passo no “rompimento da hegemonia dos países industrializados”.

Na perspectiva do anfitrião da conferência, o primeiro-ministro dinamarquês, Rasmussen, o saldo da cimeira do clima “não atingiu os objectivos inicialmente pretendidos”, mas teve a virtude, como defendeu, de ter conseguido alcançar um pacto mínimo que representou “apesar de tudo” o início de um acordo vinculativo capaz de suceder ao tratado de Quioto na gestão das emissões dos gases com efeito de estufa.

Uma outra nota positiva sobre a conferência foi dada pelo primeiro-ministro português que referiu o facto de que pela primeira vez uma conferência sobre ambiente tivesse conseguido juntar frente-a-frente à

mesma mesa nações desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, como os EUA, a Europa, a China, a Índia, ou a África do Sul, e praticamente todos os países pobres e os Estados-ilhas, estes previsivelmente, como foi largamente destacado durante os trabalhos de Copenhaga, os primeiros territórios a sofrer as consequências directas da subida do nível dos mares, caso não se encontrem nas próximas reuniões a realizar sob a égide das Nações Unidas, na cidade alemã de Bona, entre os dias 31 de Maio e 11 de Junho do próximo ano ou meses mais tarde nas conversações ministeriais na cidade do México, de 29 de Novembro a 10 de Dezembro, soluções rápidas e consistentes no combate às emissões dos gases com efeito de estufa.

No final da reunião o primeiro-ministro português disse estar ao lado daqueles que mostram alguma decepção por dois anos depois do início das negociações “e de tanto enfoque político em torno da cimeira”, os 119 chefes de Estado reunidos na Cimeira de Copenhaga não terem conseguido chegar a um acordo mais ambicioso na defesa do ambiente, reclamando o chefe do Executivo português ainda contra os países que ainda deram mostras de não estarem preparados para “o nível de ambição de que o mundo precisa”.

Não deixou contudo de defender a política ambiental e diplomática seguida pela União Europeia (UE), designadamente no que se refere à luta contra as alterações climáticas.

Reconhecendo que a UE “está na linha da frente”, José Sócrates salientou também que Portugal se encontra “profundamente empenhado no cumprimento dos vários objectivos de sustentabilidade mundial”.

O primeiro-ministro português depois de enaltecer os benefícios da inovação na transição para baixas emissões de carbono, garantiu que é possível ter economias a crescer de forma sustentada e eficiente, e, paralelamente, observar progressos e ganhos económicos e sociais apoiados em políticas de desenvolvimento mais inteligentes, designadamente do ponto de vista da qualidade ambiental.

Neste contexto, disse não ter dúvidas ser ainda possível encontrar entre todas as nações “um espírito de acordo de cooperação e solidariedade”, recordando que Portugal, pelo seu lado, vai avançando e assumindo como prioridade a modernização das suas políticas ambientais, designadamente ao nível da eficiência energética.

Lembrou a propósito o crescimento rápido do país no que respeita às energias renováveis, ar, solar e hídrica, garantindo que Portugal “está na linha da frente” na promoção e criação de uma rede integrada para carros eléctrico.

Sócrates admitiu ainda que os resultados das estratégias ambientais de Portugal “começam a ser visíveis”, já que o país ocupa, entre as 57 nações mais industrializadas do mundo, e de acordo com um estudo independente recente, a 12ª posição em termos de melhores políticas contra as alterações climáticas. **R.S.A.**

ACORDO CLIMÁTICO DE COPENHAGA

O ACORDO de Copenhaga foi firmado pela maior parte dos líderes dos países da União Europeia, Estados Unidos da América, China, Brasil, Índia e África do Sul.

O texto prevê o estabelecimento de uma ajuda financeira a curto prazo entre 2010 e 2012 de cerca de 30 mil milhões de dólares aos países mais vulneráveis para os ajudar a adaptarem-se aos impactos do desregulamento climático, verba que será aumentada progressivamente evoluindo para 100 mil milhões de dólares até 2020.

Outra medida aprovada passa por iniciativas que promovam o limite do aquecimento planetário em dois graus relativamente aos níveis pré-industriais, dado existirem fortes indícios científicos de que as alterações climáticas constituirão um perigo para além daquele limiar.

No final da cimeira o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, depois de reconhecer que o acordo de Copenhaga “não foi tão longe quanto muitos de nós esperávamos”, apelou às principais potências mundiais para que façam um novo esforço no ano que vem, na conferência sobre o clima a realizar na cidade do México, de forma a garantir já a aprovação de um acordo com força de lei em Dezembro de 2010 sobre a mudança climática global. **R.S.A.**

Relatório internacional reconhece aposta dos governos socialistas na redução de CO₂

UM RELATÓRIO independente internacional, que coloca Portugal na 12.ª posição em 57 países no que respeita às alterações climáticas, traduz, segundo sublinhou a ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, “o esforço feito desde 2005” na redução das emissões de carbono.

Segundo um estudo realizado por organizações não governamentais (ONG) e apresentado no dia 14 na conferência da ONU sobre o clima, em Copenhaga, Portugal é o 12.º país com melhor desempenho em relação às alterações climáticas, subindo três posições na lista dos 57 países mais industrializados.

Em 2009, Portugal ocupava a 15.ª posição, tendo agora subido três lugares na lista mundial, o melhor posicionamento desde que este índice é publicado.

“Ficamos satisfeitos quando ONG, que são organismos isentos, fazem avaliações e dão ao nosso país uma melhoria de desempenho e uma subida de três posições em relação ao ano anterior”, afirmou a ministra, considerando que tal corresponde ao



“esforço significativo” que tem vindo a ser feito desde 2005 na redução de emissões de dióxido de carbono (CO₂).

Para Dulce Pássaro, este resultado consiste numa avaliação do passado recente, mas ao mesmo tempo “perspectiva um futuro melhor”, nomeadamente com a construção de edifícios ao abrigo da nova legislação que já prevê a eficiência energética.

A partir de agora, qualquer licenciamento de construção tem obrigatoriamente de ter um plano de eficiência energética.

Entre as medidas futuras para uma “redução drástica” das emissões de carbono, estão os novos modelos de mobilidade, como o carro eléctrico, o projecto de barragens, e a continuação da aposta nas renováveis, como a energia solar, a fotovoltaica e a eólica.

A ministra referiu que Portugal está no caminho adequado e que o esforço feito nos últimos anos no sentido de inflectir a tendência que levou em 2005 a uma situação de emissões “muito preocupante” tem sido reconhecido no espaço da União Europeia.

Jantar de Natal do GP/PS Sócrates reafirma que recuperação económica é a prioridade

O PRÓXIMO Orçamento de Estado privilegiará o investimento público, bem como o apoio às empresas e às famílias, porque “a recuperação económica é a prioridade das prioridades, e isso só se faz com o apoio do Estado”, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, durante o jantar de Natal do Grupo Parlamentar, onde destacou o trabalho de Francisco Assis e fez um especial elogio aos dois vice-presidentes da bancada socialista, Ricardo Rodrigues e Sérgio Sousa Pinto.

“No debate político, tenho de realçar o contributo que tem dado a direcção do Grupo Parlamentar do PS e, em particular, o Francisco Assis, o Ricardo Rodrigues e Sérgio Sousa Pinto elementos fundamentais que têm emprestado à direcção da bancada combatividade e uma afirmação que faz falta ao bom combate político no nosso país”, disse.

“A responsabilidade que temos é que a voz do PS tem de ser ouvida, está a ser ouvida e vai ser ouvida no nosso país e em todas as áreas”, sublinhou.

Recorde-se que na semana da discussão do Orçamento Rectificativo, Ricardo Rodrigues defendeu que o chefe de Estado deveria actuar face ao comportamentos das oposições, enquanto Sérgio Sousa Pinto criticou o Presidente da República por ter defendido que há problemas mais importantes no país do que o casamento homossexual.



Na sua intervenção no jantar, que contou também com a presença de vários eurodeputados, o líder do PS reafirmou que o Governo continuará a apostar nas obras públicas, nomeadamente na construção de auto-estradas, e que no próximo ano “a alta velocidade vai sair do papel para a obra”.

País não precisa de polémicas artificiais

Por sua vez, o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, defendeu que tudo deve ser feito para evitar um conflito institucional com o Presidente da República, referindo que se tal se viesse a verificar seria “contraproducente” e “artificial”.

“Não devemos estar a criar nenhum conflito numa relação institucional que, da parte do Grupo Parlamentar do PS, será sempre a melhor possível,

no caso com o senhor Presidente da República”, declarou Francisco Assis no final do jantar de Natal do GP/PS, acrescentando que não considera que esteja criado um conflito institucional com o Presidente da República.

“O importante é que no Parlamento se travem as discussões mais pertinentes na vida política nacional, se desenvolve

aqui a dialéctica entre poder e oposição e haja respeito quer do Parlamento pela Presidência da República, quer da Presidência da República pelo Parlamento. Neste momento, o país não precisa de polémicas artificiais”, defendeu Francisco Assis.

O líder do GP/PS considerou “contraproducente que se criem conflitos institucionais. Pela minha parte e pela parte da bancada do PS, tudo faremos para os evitar”.

Por outro lado, Assis sublinhou que a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo é “um compromisso eleitoral claro” do PS, considerando que o facto de a Assembleia da República se debruçar sobre esta questão “não afecta em nada a capacidade de o Parlamento abordar outras questões que são prioritárias para o país: o desemprego, os problemas económicos e sociais”.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

Precisamos de apoiar as fileiras mais competitivas, rentáveis e sustentáveis e pensar na compensação dos sistemas agrários que contribuem em provisão de bens públicos

REENCONTROS COM O OUTRO LADO DO PAÍS

PARA lá da crise e das dificuldades orçamentais, há mudanças de paradigma em termos ambientais, energéticos, tecnológicos e de padrão de consumos. Tudo isto sob pressão da discussão sobre as novas perspectivas financeiras na União Europeia. E fracassos nas Cimeiras da Alimentação e do Clima. Assim mesmo, há mudanças profundas em curso. Temos de estar despertos.

É preciso uma agenda de emergência para fazer face à crise e uma agenda de urgência para dar resposta aos novos desafios. Nesta dicotomia nova, emergência e urgência, há uma coisa em comum: temos de andar depressa.

Do outro lado do país, na planície e na montanha, nas zonas protegidas e no interior profundo, há um mundo que não pode ficar para trás. É preciso construir uma nova modernidade rural, das novas tecnologias, das energias alternativas, dos produtos alimentares seguros e de qualidade, de práticas amigas do ambiente e de todas as amenidades. Uma modernidade rural que aposta de forma efectiva na investigação e na inovação. Com a promoção de novas atitudes de concorrência, em equilíbrio com valores de cooperação.

Prioridade num país endividado é pagar a tempo e horas e agilizar os instrumentos de financiamento. Sem abdicar de ter uma orientação clara para as políticas públicas. Criação de linhas de crédito, apoio à electricidade verde e benefícios fiscais, eis as medidas de emergência para a agricultura portuguesa. Além disso, o Governo orientou toda a margem política que tinha para zonas mais sensíveis e sectores mais afectados pela crise e pelas mudanças ocorridas, entretanto, na PAC. É o caso do leite, das culturas arvenses, do arroz e da pecuária extensiva. E é o caso da valorização dos apoios para as regiões de montanha.

Mas há um outro debate nacional que é preciso fazer. Com urgência. O da mudança necessária do paradigma na política agrícola. No centro das grandes questões do nosso tempo.

A questão da política de segurança alimentar deve ser primordial. Produzir alimentos é um imperativo nacional e deve constituir um dos objectivos estratégicos de uma Política Agrícola Nacional e um factor de desenvolvimento, de geração de riqueza e de emprego no país. O sector Agro-Alimentar representa 10% do PIB e há um agravamento contínuo na balança de pagamentos de Portugal.

As questões relacionadas com o aquecimento global, decorrentes das alterações climáticas, são vitais. As tensões nos usos dos recursos, nomeadamente do solo e da água, vão aumentar. Mas, também, o consumo energético e os desafios da preservação da biodiversidade, dos avanços da biotecnologia, dos OGM's e da clonagem. O mercado será ainda mais influenciado por questões emocionais dos consumidores.

Precisamos de apoiar as fileiras mais competitivas, rentáveis e sustentáveis e pensar na compensação dos sistemas agrários que contribuem em provisão de bens públicos.

Os serviços prestados pela agricultura, pela floresta e pelas actividades rurais vão muito para além dos produtos em si. São muitos os bens públicos que devem ser valorizados pela sociedade: (1) o montado de sobre em Portugal é o mais belo exemplo de preservação de biodiversidade na Europa, além de produzir o único produto em que Portugal é líder mundial – a cortiça; (2) a produção de raças autóctones é, além da produção da magnífica carne mirandesa, arouquesa, barrosa ou alentejana, a preservação genética das raças portuguesas; (3) o Alqueva é, além do maior espelho de água da Europa, que amenizou o clima, a oportunidade para se desenvolver as culturas de regadio e assim contribuir para combater a desertificação física e humana do Alentejo; (4) o Douro, rio e socacos, património da Humanidade, onde os agricultores são produtores de vinho e de uma das paisagens mais belas do mundo; (5) as aldeias históricas da Beira Interior, exemplos vivos do património rural do país que deve ser preservado como um serviço à história e cultura nacional.

A auto-estima dos actores rurais cria-se demonstrando, por um lado, o capital social e simbólico dos territórios e, por outro, produções rurais com alto valor acrescentado.

Há muito a fazer neste reencontro com a Agricultura e o Mundo Rural em Portugal. Do outro lado do país que há ainda quem teime em não querer ver.

Tito de Morais Referência moral e ética da esquerda portuguesa

J. C. CASTELO BRANCO

MANUEL Tito de Morais foi “uma personalidade única, um exemplo moral para todos nós, pela determinação, coragem e coerência com que defendeu as suas ideias de liberdade e justiça social”, afirmou o presidente do PS, Almeida Santos, na cerimónia, no dia 14, no cemitério da Guia, em Cascais, que assinalou os dez anos da morte do fundador do nosso partido e antigo presidente da Assembleia da República.

“Nunca conheci ninguém cujo carácter, honradez, integridade moral, coragem e coerência das ideias me tenham impressionado tanto, por isso foi a figura política que mais me marcou”, referiu o presidente do PS, sublinhando que “é preciso não esquecer ho-

mens como Tito de Morais que foi um resistente pela liberdade e democracia, com os sacrifícios inerentes, desde a prisão ao exílio”.

Já Manuel Alegre, companheiro de Tito de Morais desde o início da década de 60 na luta pela liberdade e no exílio em Argel, considerou o antigo presidente do PS como “um homem com uma coragem e valentia invulgares”, cujo desaparecimento “faz muita falta ao nosso partido, à esquerda, à República, ao socialismo e fraternidade humana”.

Tito de Morais, prosseguiu Alegre, “já era do PS antes de haver o PS, porque, explicava, “é preciso um Partido Socialista para derrotarmos o fascismo”. E, acrescentou, “foi um dos maiores resistentes antifascistas, um socialista por extenso, que sempre



defendeu a unidade da esquerda, mas foi também a consciência crítica do PS, com uma coerência que não cedia na defesa dos valores do socialismo”.

Manuel Alegre referiu ainda que Tito de Morais foi sempre “um homem de um só rosto e de um só parecer e um exemplo fantástico de vida austera no exílio”.

Por sua vez, o capitão de Abril Pezarat Correia disse que “Tito de Morais foi sempre uma pessoa muito especial, uma referência moral e ética para os capitães de Abril: uma palavra sua era para nós uma directiva”.

Segundo Pezarat Correia, homens como Tito de Morais, que considerou

“uma referência indelével da esquerda portuguesa”, é que “foram os protagonistas e obreiros do 25 de Abril”.

Em nome da família, falou o seu neto, Manuel Tito de Morais, que em breves palavras lembrou a “figura excepcional” do seu avô, os valores da “ética e rectidão de carácter” pelos quais pautou a sua vida de “entrega total aos ideais em que acreditava: a liberdade, a justiça e a igualdade”.

Refira-se que nesta cerimónia evocativa marcaram presença, entre outros, Vasco Lourenço, Catarina Vaz Pinto, Torres Couto, Helena Roseta e José Neves, bem como numerosos militantes socialistas, amigos e familiares do fundador do PS.

Debate quinzenal

Governo disponível para negociar orçamento responsável com a oposição

Qualquer estratégia que passe por uma eliminação ou redução de impostos em 2010, na actual conjuntura, colocaria Portugal num sério problema internacional, advertiu o primeiro-ministro, José Sócrates, no último debate quinzenal do ano, na Assembleia da República, ocasião em que também garantiu que o Orçamento de Estado para o próximo ano “não retirará os estímulos à economia” de reforço do investimento público, nem apoios às empresas e famílias.

“NÃO poremos em causa aquilo que é um bem inestimável: contas públicas em condições de rapidamente retomarem o seu equilíbrio” afirmou José Sócrates, em resposta ao líder parlamentar do PS, Francisco Assis, lembrando que Portugal aumentou o seu défice [em 2009] como devia para combater a crise económico e aumentou menos o défice do que outras economias europeia, mas “não pode ir mais além”.

Fazê-lo seria, na opinião do chefe do Governo, uma atitude “irresponsável”, contrariando a boa política económica.

Uma boa política económica implica “irmos até onde podemos ir”, defendeu, ressaltando, contudo que, em relação à proposta de Orçamento do Estado para 2010, o Executivo “está disposto a uma negociação responsável” com a oposição.

Todavia, considerou inadmissível que, estando Portugal numa situação tão exigente, haja dois orçamentos: um aprovado pela oposição, eliminando impostos e dando mostras de grande irresponsabilidade orçamental, e outro aprovado pelo Governo.

“Tenho a certeza de que todos entenderam o que o Governo disse. Tenho a certeza de que todos entenderam a delicadeza desta situação e tenho a certeza de que todas as forças da oposição vão responder com responsabilidade”, declarou.

De referir que, na intervenção inicial do debate, o líder da bancada socialista questionou também o primeiro-ministro sobre qual vai ser a combinação das políticas energética, ambiental e económica presente na proposta orçamental do próximo ano.

Sócrates respondeu que a recente cimeira mundial do clima foi uma “desilusão” em termos de resulta-

dos, mas afirmou-se convicto de que “Na Europa e em Portugal vamos prosseguir este caminho independentemente das decisões de Copenhaga”.

“Vamos prosseguir um caminho de aposta nas energias renováveis, investindo nas barragens, nas eólicas e na criação de um pólo industrial para que o nosso país continue a assumir uma posição de liderança nestes domínios”, sustentou.

Maioria positiva

Antes desta intervenção do líder do Executivo, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, considerou que a linha orçamental do Governo deverá combinar “uma política expansionista, mas com sentido de responsabilidade, para não colocar em causa as finanças públicas”.

“Apelo às restantes bancadas para que haja disponibilidade para um diálogo sério dentro destas linhas de orientação”, disse, apelando à construção, a partir do Parlamento, de “uma maioria positiva”.

O apelo não surtiu efeito imediato, com a líder do principal partido de oposição a centrar a sua intervenção em acusações de alegado descuido governativo face ao endividamento.

Contrariando as ideias explícitas nas palavras de Manuela Ferreira Leite, o primeiro-ministro sublinhou que o Executivo está efectivamente a combater o endividamento com uma aposta estratégica nas energias renováveis, criticando de seguida a presidente do PSD por esta ter aprovado diplomas no Parlamento que eliminam impostos e aumentam a despesa fiscal, “incoerentes com o seu discurso sobre o endividamento”.

Durante o debate quinzenal no Parlamento, Sócrates recordou que o endividamento do país constitui



“um mal crónico” da economia portuguesa, que tem “muitas décadas”, fazendo notar ainda que uma parte substancial da dívida pública portuguesa deriva de gastos em aprovisionamento de combustíveis fósseis, razão pela qual o desenvolvimento de energias renováveis alternativas é o caminho certo a seguir.

“Eu não sei se a senhora deputada é capaz de fazer a relação entre endividamento do país e aquilo que é a nossa equação energética. Mais de metade do nosso défice anual diz respeito à nossa dependência do petróleo, e é por isso que eu tenho insistido tanto com a questão da energia”, acrescentou, sustentando que “a melhor forma de combater o endividamento é apostar em energias renováveis”.

Depois de afirmar, de forma crítica, que não entende “a receita” de Ferreira Leite para diminuir o endividamento, José Sócrates interpelou a líder laranja: “A primeira coisa que o seu partido faz nesta Assembleia da República é eliminar impostos, aumentar a despesa fiscal e contribuir para aumentar o défice. Onde é que está a sua coerência?”

Já no que diz respeito aos investimentos públicos tão questionados pela oposição, Sócrates explicou novamente que estes “vão contribuir para a melhoria da nossa economia” e que “todos eles têm interesse produtivo”.

Mais adiante, quando questionado por Francisco Louça, do Bloco de Esquerda, a propósito de uma alegada polémica recente entre Belém e S. Bento, que teve como pano de fundo o diploma aprovado em Conselho de Ministros que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o primeiro-ministro alertou para a necessidade de não confundir debate político com conflito institucional.

Ninguém está acima da crítica

“Em democracia ninguém está acima da crítica. Confundir o debate político com conflito institucional ou desrespeito é um pobre entendimento da nossa democracia”, afirmou Sócrates em resposta a uma pergunta do coordenador político do BE sobre uma dita “crispação política” entre a Presidência da República e o Governo.

“Eu próprio já tenho discordado do Presidente da República e isso não levou a nenhuma dramatização”, acrescentou, ironizando que Louça “estava tão zeloso para ser porta-voz do Presidente na Assembleia da República”, sugerindo igualmente que “há algumas semanas talvez tivesse feito falta porque parece que ele não tinha porta-voz para a Imprensa”.

O deputado do BE questionou finalmente José Sócrates sobre se compartilha da opinião de que as declarações de Cavaco Silva, ao

afirmar estar mais preocupado com o emprego [do que com a proposta para legalizar os casamentos entre pessoas do mesmo sexo], significam uma “intromissão na agenda do Governo”.

Sobre este assunto, José Sócrates disse não compreender como é que ao aprovar uma lei para legalizar os casamentos entre pessoas do mesmo sexo estará “a pôr em causa o combate ao desemprego”.

Essa é “uma tarefa de todos os dias”, declarou, para depois concluir que a referida matéria “em nada conflitua com as prioridades do Governo: a recuperação económica e o combate ao desemprego”.

As relações entre Belém e S. Bento motivaram também uma questão do deputado do CDS/PP Paulo Portas: “Está à procura de um pretexto para não governar, para provocar uma crise política?”

Sócrates respondeu com a situação da existência de coligações negativas no Parlamento, afirmando que “não é possível efectuar uma governação quando a oposição faz entendimentos entre si e recusa falar com o PS”.

A OPA sobre a Cimpor por uma empresa brasileira foi o principal ponto da intervenção de Jerónimo de Sousa do PCP. Sobre esta matéria, José Sócrates referiu que a Caixa Geral de Depósitos “agirá no sentido de defender o que considerar melhor para a empresa”. M.R.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>